



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS**  
**CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Anna Caroline Lopes de Oliveira**

**A INFLUÊNCIA DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ NA  
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO  
BRASIL, CHILE E GUATEMALA.**

**Brasília –DF**

**2017**

**Anna Caroline Lopes de Oliveira**

**A INFLUÊNCIA DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ NA  
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO  
BRASIL, CHILE E GUATEMALA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Relações Internacionais do  
UniCEUB, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Prof. Renato Zerbini Ribeiro Leão

**Brasília-DF  
2017**

**Anna Caroline Lopes de Oliveira**

# **A INFLUÊNCIA DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL, CHILE E GUATEMALA.**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB/FAJS)  
como pré-requisito para a obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
graduação Lato Sensu, na área de  
Relações Internacionais.

Orientador: Renato Zerbini

Brasília, \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**Banca Examinadora:**

---

Renato Zerbini

---

Professor Avaliador

---

Professor Examinador

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado a estudante Louise Ribeiro, assassinada em 2016, a todas as mulheres que sofrem ou que já sofreram alguma forma de violência e em especial as mulheres e órgãos que se dedicam a luta para erradicar a violência contra a mulher.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado força, saúde e perseverança para a conclusão desse projeto.

A minha mãe Heloisa Pinto por ter me proporcionado a oportunidade de cursar Relações Internacionais, e ter me dado todo o apoio necessário para o processo de escrita, estresse e desânimo ao longo do tempo, sem ela nada seria possível.

Ao meu namorado Marcos Olívio, por ter ficado ao meu lado por todo esse período de trabalho árduo, e por ter tido toda a paciência, e por ter me dado colo quando precisei.

E a todos os meus colegas de classe que apoiaram um ao outro, com palavras de incentivo, mesmo que essas fossem até de desespero, mas que sempre proporcionaram conforto.

## RESUMO

O cotidiano da mulher latino-americana foi acompanhado por diversas formas de agressão sem nenhuma medida de proteção oferecida pelos Estados. O contexto internacional vem mudando ao longo do tempo, elaborando novas medidas de assistência a mulher a partir de regimes internacionais, que busca erradicar todas as formas de violência contra a mulher. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) criada em 1994, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que entende por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado, influenciou na prevenção da violência contra as mulheres no Brasil, Chile e Guatemala. Como medida protetora esses Estados criaram Leis internas (Lei Maria da Penha; Lei Sobre Violência Domestica, estabelecendo o Feminicídio; Lei Contra o Feminicídio e outras Formas de Violência Contra a Mulher) por influencia ou obrigação a Convenção a que ratificaram. Entretanto os números de violência contra a mulher analisados não apresentaram redução, somente nos períodos próximos a implementação de cada Lei.

**Palavras-chave:** Convenção de Belém do Pará. Violência contra a mulher. Regimes Internacionais.

## ***ABSTRACT***

The everyday of the Latin-American women has been followed by various ways of aggression with no protection measures offered by the States. The international context has been changing with time, elaborating new measures of assistance by the international regimes that aim to eradicate all different ways of violence against women. The Inter-American Convention on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence Against Women “Convention Of Belem do Para” created in 1994, by the Inter-American Commission on Human Rights, says that violence against women shall be understood as any act or conduct, based on gender, which causes death or physical, sexual or psychological harm or suffering to women, whether in the public or the private sphere, had influenced on the prevention of violence against women in Brazil, Chile and Guatemala. As a measure of protection these States created internal laws (Lei Maria da Penha; Ley Sobre Violencia Domestica, estableciendo el Femicidio; Ley Contra el Femicidio y Otras Formas de Violencia Contra la Mujer) influenced or obligated by the Convention ratified. Although the numbers of violence against women analyzed hasn’t presented a decrease, only close to the period of implementation of each law.

**Keywords:** Violence against women. Convention of Belem do Para. International Regimes.

## RESUMEN

El cotidiano de La mujer latino-americana fue acompañado por diversas formas de agresión sin ninguna medida de protección ofrecida por sus Estados. El contexto internacional está cambiando con el tiempo, elaborando nuevas medidas de concurrencia a La mujer, a partir de regímenes internacionales, que busca erradicar todas las formas de violencia contra La mujer. La Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar La Violencia Contra La Mujer (Convención de Belém do Pará) criada en 1994, por La Comisión Interamericana de Derechos Humanos, que entiende por violencia contra la mujer cualquier acción o conducta, basado en género, que causó muerte, dano o sufrimiento físico, sexual o psicológico a la mujer, tanto en el ámbito público como privado, influyó en La prevención de violencia contra las mujeres en Brasil, Chile e Guatemala. Como medida protectora esos Estados crearon leyes internas (Ley Maria da Penha; Ley de Violencia Intrafamiliar; Ley Contra El Femicidio y Otras Formas de Violencia Contra La Mujer) por influencia u obligación a La Convención que ratificaron. Sin embargo los números de violencia contra la mujer analizados no presentaron reducción, solamente en los periodos próximos a La implementación de las leyes.

**Palabras Clave:** Violencia contra La mujer. Convención de Belém do Pará. Regímenes Internacionales.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPJ	Corporación Administrativa del Poder Judicial
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEJIL	Centro para a Justiça e o Direito Internacional
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIM	Comissão Interamericana da Mulher
CLADEM	Comitê Latino-americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CSW	Comission on the Status of Women
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MESECVI	Mecanismo de Segmento da Convenção de Belém do Pará
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SERNAM	Servicio Nacional de La Mujer
SIGI	Social Institutions and Gender Index

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>14</b>
<b>A LUTA FEMININA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E A CRIAÇÃO DA     CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ.....</b>	<b>14</b>
1.1 Ética e Violência na Sociedade.....	14
1.2 As ondas feministas e o feminismo Latino-Americano.....	17
1.3 Regimes Internacionais na proteção dos direitos humanos.....	22
1.4 A Convenção de Belém do Pará.....	26
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>31</b>
<b>A CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>	<b>31</b>
2.1 Assédio Sexual: um problema do dia a dia da mulher .....	33
2.2 Feminicídio.....	35
2.3 A Cultura do Estupro.....	39
2.3 A Violência Psicológica .....	41
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>44</b>
<b>MEDIDAS TOMADAS APÓS A RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO     PARÁ POR BRASIL, CHILE E GUATEMALA. ....</b>	<b>44</b>
3.1 A Lei Brasileira que coíbi e preveni a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha .....	45
3.2 Lei Chilena 20.066 de Violência Domestica.....	50
3.3 Lei Guatemalteca de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher.....	53
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratará a respeito da influência da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) sobre a prevenção da violência contra as mulheres no Brasil, Chile e Guatemala. A escolha desses Estados foi a partir das leis aplicadas internamente após a ratificação da Convenção de Belém do Pará, onde o Brasil foi obrigado internacionalmente a criar alguma medida de proteção a mulher por negligência, o Chile que criou a lei logo após a Convenção e que é vista como lei modelo, e por fim a Guatemala que possui o maior número de mortes de mulheres na América Latina, e foi o primeiro Estado a criar uma lei de Feminicídio. Fazendo então uma análise sobre a aplicabilidade das leis de proteção às mulheres da violência em suas variadas formas e, também, sobre como Estado e sociedade veem os casos de violência contra a mulher.

A consciência do certo e do errado no social condiciona grupos de minorias a buscar por seus direitos. Nessa situação, começa a surgir uma sociedade civil voltada para os direitos das mulheres. Os movimentos feministas surgem a priori na Europa e se arrastam para a América Latina. Esses movimentos são separados por “Três Ondas Feministas” onde a primeira, em 1918, com origem na Inglaterra, conquistou o direito ao voto da mulher. Na segunda, o propósito era a liberdade da mulher, com início em 1960 e, na última, com um foco maior na questão da violência contra a mulher, com princípio em 1990 até os dias atuais.

No capítulo I abordam-se passos importantes que foram tomados no final do último século, também no âmbito internacional a partir de regimes internacionais, em questão à mulher. Criada também a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral em 1979. Entretanto, anterior à ONU, na Conferência Internacional Americana de 1928, foi criada a Comissão Interamericana da Mulher (CIM). Assim, com o foco mais regional da América, a CIM percebeu lacunas que precisavam ser preenchidas, portanto, a mesma apresentou um novo projeto na Assembleia Geral da OEA, em Belém do Pará: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que entrou em vigor em março de 1995.

No capítulo II, sobre a cultura da violência contra a mulher, são abordadas as diferentes formas de violência contra a mulher reconhecidas pela Convenção de Belém do Pará, e que necessitam ser eliminadas como: o assédio sexual, o estupro, o feminicídio e a violência psicológica. Neste capítulo também é tratado como cada uma dessas violências são abordadas pela sociedade latino-americana, sociedade essa que sempre manteve uma cultura de diferença de gênero e de agressão contra a mulher.

Diante de tantos abusos, que muitas vezes não são punidos ou que nem são reconhecidos pelos governos e sociedades, a Convenção de Belém do Pará obriga os Estados Partes a implementarem medidas protetoras, que incluam algumas as diferentes formas de violência citadas no capítulo II.

No último capítulo será analisada a influência da Convenção de Belém do Pará sobre leis de proteção à mulher criadas pelo Brasil, Chile e Guatemala. Já que a Convenção estabelece um novo paradigma na luta internacional das mulheres, considerando que o privado é público, onde o indivíduo se torna um agente internacional, portanto cabe aos Estados, estabelecerem medidas para erradicar e punir qualquer forma de violência contra a mulher. Serão analisadas, portanto, a Lei Maria da Penha, a Lei Chilena de Violência Doméstica e a lei Guatemalteca de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher. Além de autores que discorrem sobre a redução ou não nos casos de violência após a criação dessas leis.

Essa pesquisa baseou-se em artigos científicos sobre a Convenção de Belém do Pará e as Leis criadas a partir dela, que previnem os diferentes tipos de violência contra a mulher. Assim, feitos resumos e fichamentos de livros, artigos e Leis, o projeto é principalmente embasado na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), a Lei Maria da Penha, a Lei Chilena de Violência Doméstica, e a lei Guatemalteca de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher. Obras de autores como Krasner, Morgenthau, Bandeira e Almeida são utilizadas também como embasamento para a pesquisa.

As graves situações de violência contra a mulher têm demandado cada vez mais atenção por parte da sociedade e Estados. Pretende-se com esta pesquisa

levar à compreensão dos significados da violência contra a mulher, da necessidade de se mudar pensamentos patriarcais enraizados em nossa sociedade e da fiscalização da aplicabilidade das leis. Analisar o gênero e a violência torna possível compreender como esta é marcada pelas relações de poder e opressão às mulheres.

## **CAPÍTULO 1**

### **A LUTA FEMININA PELA IGUALDADE DE GÊNERO E A CRIAÇÃO DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ**

A violência é um ato de liberdade de escolha do sujeito, e assim que devemos começar a pensar sobre a problemática da violência contra a mulher. A América Latina é uma região com um contexto histórico marcado pela desigualdade, regimes autoritários e uma precária tradição de respeito aos direitos humanos no âmbito doméstico, assim como uma cultura de violação aos direitos das mulheres. Entretanto, ao longo da história, movimentos feministas foram de extrema importância para a criação de Convenções e Leis que buscam erradicar a violência contra a mulher.

No âmbito internacional o primeiro documento normativo criado foi a Convenção de Genebra de 1864, estabelecendo o começo da internacionalização da proteção dos direitos humanos. Com o tempo, houve ramificações dos direitos humanos com focos mais específicos como os direitos das mulheres. Então, a partir desses movimentos feministas diversos instrumentos de proteção à mulher foram criados, porém, existiam lacunas a serem preenchidas. Foi criada então a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará.

#### **1.1 Ética e Violência na Sociedade**

Para pensar na violência de gênero, é preciso pensar sobre a ética e o sujeito ético na nossa sociedade e refletir sobre como a sociedade trata aquele que pratica a violência e como a moral e os costumes auxiliam na criação de leis para punir essa postura na sociedade.

O agente ético é pensado como sujeito ético, sujeito esse racional e consciente, sendo livre para decidir e escolher o que faz, sabendo o que faz. A ação ética tem a ideia do bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, valores esses que podem variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade,

mas que mantém sempre uma diferença entre condutas, segundo o bem, o justo e o virtuoso. Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e, só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo (CHAUÍ, 1998).

Marilena Chauí (1998) traz o significado de violência que vem do latim *vis*, força:

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade, é tratá-lo não como humano e sim como coisa.

Segundo Morgenthau (2003), são três as modalidades de normas ou regras de conduta que operam em todas as sociedades mais elevadas: ética, costumes e a lei. É a sanção que diferencia os três tipos de normas de conduta. “Não matarás” constituirá um comando de ética, de costumes ou de direito, conforme, no caso de ser violado, se aplique ao violador,- para puni-lo e enviar novas violações,- respectivamente uma sanção peculiar à ética, aos costumes ou ao direito.

Portanto, é necessário que a violência seja punida moralmente pela sociedade, para que assim leis possam ser criadas para punir os agressores. São os costumes e os valores dessa sociedade que repudiam a violência. Quanto mais importantes para a sociedade forem esses interesses e valores, que ela busca resguardar mediante as tais regras de conduta, mais severas serão as sanções com as quais ela ameaça qualquer infração de suas regras. Quando o indivíduo não consegue se proteger contra o mais forte, o sistema normativo vai garantir essa proteção restringindo o poder dos fortes em benefício dos fracos, combatendo a violência por ser tida como efêmera, sentimental e decadente (MORGENTHAU, 2003).

Entretanto, no Brasil há um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e

políticas, e não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais *etc.* (CHAUÌ, 1998).

Chaui (1998) conclui que esse mito da não-violência tem uma função apaziguadora e repetidora, assegurando à sociedade sua autoconservação sob as transformações históricas. O mito dá um suporte de ideologias: ele as fabrica para que possa enfrentar as mudanças históricas e negá-las, pois cada forma ideológica está encarregada de manter a matriz mítica inicial. Muitos indagarão como o mito da não-violência brasileira pode persistir sob o impacto da violência real, cotidiana, conhecida por todos e que, nos dias de hoje tem sido divulgada pelos meios de comunicação de massa. É justamente no modo de interpretação da violência que o mito encontra meios para conservar-se: ele permanece porque só assim a violência se torna admitida perante a sociedade e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida.

A violência do cotidiano se tornou algo natural aos olhos da sociedade que por sua vez não é punida pelos mesmos, por estar camuflada em brincadeiras, ou até mesmo na cultura do nosso povo.

Chaui (1998) justifica o “mito” da não violência se estender por tanto tempo no Brasil com alguns fatores: o da exclusão, onde o brasileiro não é violento e se alguém praticar tal ato este não é desta nação, eles não fazem parte de nós; o fator da distinção, onde a violência não vem da nossa essência, e sim é um ato accidental que, quando ocorre, foi por um surto, um momento; o jurídico, a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, sendo definido o crime como um ataque à propriedade privada; alguns assassinatos como o policial, é concedido pela sociedade, pois esse protege o “nós” contra o “eles”; O sociológico, quando a migração pode causar atos isolados de violência, pois aqueles que migram do interior para uma modernidade ainda não estão completamente adaptados às novas formas de sociabilidade; por último, o da inversão do real, graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, idéias e valores violentos como se fossem não violentos. Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção natural à fragilidade feminina. Proteção inclui a idéia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias. Por uma questão de desigualdade a violência é vista e analisada de forma diferenciada na sociedade.



Sendo assim, é mais fácil culpar a mulher do que o agente da ação. Segundo Cortella e Barros Filho (2016), a ocasião não faz o ladrão, ele revela o ladrão. No nosso cotidiano fazemos escolhas e, se queremos, não fazemos a escolha pelo errado. Portanto, é errado dizer que a ocasião em que uma mulher se encontra alcoolizada, com roupas curtas ou andando sozinha à noite na rua, não é uma provocação feminina e, portanto, não permite que o homem lhe faça mal. A escolha de fazer o mal à mulher é somente do homem, e não que a culpada seja da mulher por estar ali naquela ocasião.

Cortella e Barros Filho (2016) discorrem sobre a tentativa do agressor de justificar sua escolha, onde 'eu só posso agir assim porque o sistema é assim'. Justificando assim uma conduta do malévolo quando existe uma escolha pelo benéfico. É agir de má fé quando se diz não ser livre e não ser dono de suas próprias escolhas.

Por outro lado, Dantas e Mello (2008) dizem que para poder entender a violência de homens contra as mulheres, é necessário ter uma visão crítica e ética, incluindo análises sobre os processos de socialização masculina. Em nossa sociedade os homens reprimem suas emoções, e a violência é aceita por ser um símbolo de masculinidade.

## **1.2 As ondas feministas e o feminismo Latino-Americano**

Foi graças a movimentos feministas que as mulheres conquistaram outros direitos, levando em conta a importância das particularidades do gênero feminino. O movimento feminista foi irradiado na Europa, na segunda metade do século XX, com algumas primeiras manifestações na França, em busca de reivindicar a expressão de liberdade e gênero (BARBOSA e LAGE, 2015).

Segundo Pinto (2010) a primeira onda feminista iniciou-se ao final do século XIX na Inglaterra, onde mulheres se organizaram para lutar por seus direitos, sendo que, o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto, direito esse conquistado no Reino Unido em 1918.

Já na América Latina, a militância do movimento feminista caminha em torno de uma luta em que a mulher se torna protagonista, isto é, pela igualdade de gênero como também por garantias iguais no mercado de trabalho e no direito à participação nas decisões políticas (BARBOSA e LAGE, 2015).

No Brasil, o movimento feminista era dirigido por Bertha Lutz que:

Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010).

As mulheres reivindicavam direitos básicos até a década de 1940, quando adquirem direito à participação nas eleições.

A segunda Onda Feminista surge em 1960 com outros propósitos. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que a mulher tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010). Nessa época também surgiram as primeiras pílulas anticoncepcionais, primeiro nos Estados Unidos e depois na Alemanha.

Conforme Gurgel (2007), em 1964, no Brasil e em vários países da América Latina, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas. Portanto, os movimentos feministas não tiveram tanta força nesse período.

Foi somente a partir de 1980 que no Brasil:

O ganho concreto para as mulheres neste período foi à emergência da questão de gênero na agenda governamental e a consequente implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres, principalmente, na área de combate à violência e na atenção à saúde (GURGEL, 2007).

Uma das mais significativas vitórias do feminismo no Brasil nessa década foi:

A criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com status de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo (PINTO, 2010).

Contudo, a mulher latino-americana é marcada por uma sociedade patriarcal, machista, onde era pouco ouvida. Com as manifestações feministas, esse cenário vem mudando aos poucos. As mulheres estão mais ativas na sociedade, ocupam mais empregos e conquistam mais espaço na área da política. Ainda nos anos 1980, as mulheres latino-americanas lutavam contra uma cultura patriarcal, cultura essa que considerava a mulher inferior ao homem. Nesse período, as feministas clamavam por igualdade de direitos entre os sexos.

No mesmo período de 1980, muito marcante para os países Latino-americanos, pois eles passavam por um processo de término de ditaduras e de “redemocratização”, esse processo impulsionou movimentos sociais, dentre eles, o movimento feminista. Segundo Gurgel (2010) o feminismo na América Latina tem teorizado sobre a autonomia levando em consideração três aspectos: o reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão e dominação da mulher; a autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo; a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista.

A terceira onda feminista surgiu em 1990, onde a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente na violência doméstica, era uma das questões centrais dessa época. No Brasil, podemos destacar os avanços do movimento feminista em que foram assegurados pela Constituição Federal de 1988 (CF), art. 5º, em seu inciso I “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BARBOSA e LAGE, 2015).

Portanto, foi através de vários movimentos feministas que as mulheres conseguiram mais representatividade ao longo do tempo. A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 reafirmou que os direitos humanos são inalienáveis, universais e

que não reconhecem qualquer diferença da condição de gênero. Embora tais tratados explicitem a não discriminação - sob qualquer dimensão - que deva existir entre homens e mulheres, a história tem evidenciado a sua violação sistemática. Por conseguinte, e diante de tamanha evidência, surgiu a necessidade da realização sistemática de conferências e convenções que foquem especialmente nos direitos das mulheres e na proteção das mesmas, que atuem no sentido de reconhecer, assegurar e, sobretudo, implantar e garantir os direitos das mulheres no plano sociojurídico dos Estados nacionais (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

Apesar das ondas feministas terem começo nos países europeus, e uma importância enorme para a criação de mecanismos de proteção as mulheres, não representam completamente as mulheres latino-americanas. O feminismo pós colonial e ocidental veem o feminismo latino-americano como o outro, porem este é formado sobre três raízes populacionais fundamentais que devem ser levadas em consideração: a indígena, a europeia branca e a negra, e possui seus próprios fundamentos, adotando o desenho das políticas de identidade. A desigualdade por gênero, etnia e classe também é parte das mulheres dos países hegemônicos, mas não é paralelo ao caso das latino americanas que merecem ser destacadas por suas particularidades. Esse desencontro das teorias feministas é resposta das diferenças de etnia, de classe, de orientação sexual, de nacionalidade, de idioma e de tradições (FEMINIAS, 2007).

Para Cypriano (2013), seria necessário reformular a teoria feminista para “teoria política feminista” com uma perspectiva da America Latina, visto que o movimento feminista latino-americano é o resultado de um processo de interseções que se concedeu a partir de um conjunto de opressões que correspondem ao colonialismo Francês, espanhol e português, com governos ditatoriais e populistas. A América Latina, por ser um local com imensa desigualdade, se tornou motivo inquestionável para a necessidade de novas teorias.

De acordo com Jane Jaquette (1989),

Essas experiências ofereceram à teoria feminista latino-americana um ponto de vantagem único para se analisar os limites entre público e privado, para debater como os grupos de mulheres podem “fazer política” no intuito de provocar uma mudança social no contexto democrático e para reestruturar as imagens políticas e mesmo a própria linguagem da política.

Cypriano (2013) conclui que na América Latina o feminismo latino-americano se lançou devagar no começo por uma subordinação patriarcal, a colonização é um conceito que tem sido utilizado para referir-se a uma dominação estrutural que reflete até os dias atuais. Este evoluiu a partir de movimentos sociais de reivindicações e de conscientização feminina, na tentativa de superar uma sociedade com uma cultura religiosa e política muito forte. Segundo Sonia Alvarez (1990) "[...] uma região onde o machismo é sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja Católica". Raízes da nossa formação social, com base na nossa escravidão.

A criação de direitos para as mulheres latino-americanas deve-se muito a esses movimentos feministas e a importância da representatividade da região e da mulher latino-americana. Para Jane Jaquette (1989):

As feministas norte-americanas estão cada vez mais conscientes do trabalho das feministas canadenses e europeias, especialmente escritoras francesas e britânicas, mas elas ainda tendem a ver as mulheres do Terceiro Mundo como vítimas da opressão e não como criadoras da teoria feminista ou como agentes de mudança.

Cypriano (2013) explica que as ondas feministas da América Latina mantêm duas visões sobre “a” política: De um lado, aquelas que a veem como algo do cenário masculino, e que a luta deve ser tratada somente no âmbito do movimento, intitulada as “autônomas”; e, de outro lado, as consideradas “independentes”, que acreditam que a luta deve ser travada dentro do Estado e dos partidos, espaço esse que deve ser transformado.

Entretanto, a maioria se opôs ao Estado, tendo ele como inimigo, excludente e opressivo. Porém trabalhar nas questões da política possibilitaria uma maior mudança nas políticas-culturais de dentro, que atingem de forma direta a sociedade (CYPRIANO, 2013).

### 1.3 Regimes Internacionais na proteção dos direitos humanos

Toda essa argumentação anterior caracteriza um verdadeiro regime universal, regional e nacional de proteção à violência contra a mulher. Regimes Internacionais como a Convenção de Belém do Pará, é um instrumento de alta importância para a criação de medidas internas de proteção da mulher Latino-Americana. Para Carvalho (2005) os Regimes são definidos genericamente como:

um conjunto de normas e regras formais ou informais que permitem a convergência de expectativas ou a padronização do comportamento de seus participantes em uma determinada área de interesse - são criados com o objetivo de resolver problemas de coordenação que tendem a resultados não pareto-eficientes.

No texto de Krasner (2012) ele cita a definição de outros autores como Keohane e Nye (1977, p. 19), que definem os regimes como "conjuntos de arranjos de governança" que incluem "redes de regras, normas e procedimentos que regulam comportamentos dos atores e controlam os seus efeitos" (KEOHANE e NYE, 1977, p.19 *apud* KRASNER, 2012). Hedley Bull (1977, p. 54 *apud* KRASNER, 2012), se refere à importância das regras e instituições na sociedade internacional, sustenta que as regras são "princípios gerais imperativos que requerem ou autorizam determinadas classes de pessoas ou grupos a comportar-se das maneiras prescritas".

Keohane (1993 *apud* CARVALHO, 2005) informa que para, confirma-se que a negociação em cooperação é mais eficiente do que as tomadas de forma individual ou unilateral, explicando a demanda por Regimes Internacionais por parte dos Estados: "os regimes facilitam a cooperação, propiciando regras, normas, princípios e procedimentos que auxiliam os agentes a superar barreiras à cooperação identificadas pelas teorias econômicas como falha de mercado".

Os regimes são de extrema importância, não surgem por sua própria iniciativa, não são vistos como fins em si mesmos. Quando postos em funcionamento, eles de fato afetam os comportamentos e resultados. Eles não são meros epifenômenos. Sua função básica é de coordenar o comportamento dos Estados, com o objetivo de alcançar resultados em áreas específicas de interesses. (KRASNER, 2012).

Os regimes são desenvolvidos através de cinco pontos: 1) o auto-interesse egoísta, 2) o poder político, 3) as normas e os princípios, 4) usos e costumes e 5) o conhecimento, que segundo Weber (1977, p. 29 apud KRASNER, 2012)

1) Por "auto-interesse egoísta" eu entendo o desejo de um ator maximizar sua função de utilidade sem incluir a utilidade de outro. O ator egoísta preocupa-se com o comportamento de outros apenas quando o comportamento dos demais afeta a sua própria utilidade. 2) Duas visões diferentes a respeito do poder podem ser destacadas. A primeira é cosmopolita e instrumental: o poder é utilizado para assegurar resultados ótimos para o sistema como um todo. Na linguagem da teoria dos jogos, o poder é usado para promover a maximização conjunta dos ganhos. É o poder a serviço do bem comum. A segunda abordagem é particularista e relacionada a objetivos específicos [*consummatory*]. O poder é usado para fortalecer os valores de atores específicos do sistema. Tais valores podem incluir tanto o aumento das capacidades de poder quanto a promoção de objetivos econômicos ou ainda outros objetivos. Na linguagem da teoria dos jogos, o poder é utilizado para maximizar os ganhos individuais. É o poder a serviço de interesses próprios. 3) eles são as características críticas definidoras de qualquer regime. Entretanto, as normas e os princípios que influenciam o regime de determinada área das relações internacionais, mas que não estão diretamente relacionados a essa área, também podem ser considerados como explicações para a criação, a persistência e a dissipação de regimes. O exemplo mais famoso dessa formulação é *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber. Weber argumenta que o surgimento do capitalismo está intimamente associado ao desenvolvimento da doutrina religiosa calvinista que favorece o trabalho árduo em vez do desperdício e que tem como indício de predestinação o sucesso mundano. 4) eles sustentam e reforçam as pressões associadas ao auto-interesse egoísta, ao poder político e aos valores disseminados. O uso refere-se aos padrões regulares de comportamento baseados na prática efetiva; o costume, às práticas existentes há longo tempo.

O de conhecimento, sendo o de principal interesse para esse trabalho por explicar de forma mais objetiva a criação de regimes internacionais de direitos humanos como a Convenção de Belém do Pará, será analisado particularmente.

Conforme Ernest Haas (1980 apud KRASNER, 2012) o conhecimento é normalmente discutido como uma “variável interveniente e não como uma variável exógena”. Ele aponta que o conhecimento é definido como "a soma da informação técnica e das teorias a respeito dessa informação que gera um consenso pleno em um determinado momento entre os atores interessados e cujo objetivo é servir como guia para que políticas públicas alcancem alguma meta social". Assim, para Krasner (2012) o conhecimento:

cria uma base para a cooperação ao destacar as interconexões complexas que não eram previamente entendidas. O conhecimento pode não somente

acentuar as possibilidades de comportamento estatais convergentes, como também transcender as "linhas predominantes de clivagem ideológica.

É importante que os tomadores de decisão aceitem o conhecimento para que este tenha um impacto no sistema internacional. Stein (1982 apud KRASNER, 2012) menciona que:

que as regras relativas à saúde - como os regulamentos de quarentena - foram radicalmente alteradas por novos conhecimentos científicos, tais como o uso de vacinas preventivas e as descobertas do micróbio que causa a cólera e do mecanismo de transmissão da febre amarela por mosquitos. Antes de descobertas como essas, as regras nacionais de saúde eram primordialmente definidas por preocupações políticas. Entretanto, após tais descobertas, o comportamento nacional passou a ser determinado por um regime internacional, ou pelo menos por um conjunto de regras ditadas pelo conhecimento científico reconhecido.

Por conseguinte pode-se analisar a violência contra a mulher por esse parâmetro, em que a proteção da mulher contra a violência deixa de ser apenas uma regra nacional, e passa a ser determinado por um regime internacional, ou pelo conjunto de regras determinado por um conhecimento dos resultados prejudiciais a uma população, reconhecido internacionalmente.

Sem o consenso internacional, o conhecimento pode ter pouco impacto no desenvolvimento de regimes, em um mundo de Soberanos. Se unicamente algumas partes partilharem de um conjunto comum de crenças, sua relevância será totalmente mediada pelo poder de seus seguidores. (KRASNER, 2012).

Para Moravcsk (2000) os regimes internacionais de direitos humanos se diferem dos demais, ao mesmo tempo em que instituições internacionais que regulam questões monetárias, comerciais, ambientais, política de segurança, entre outras, são desenvolvidas para regular a política externa, as instituições internacionais de direitos humanos se viram para atividades internas dos Estados. A distinção de tais regimes está presente no fortalecimento do cidadão individual que traz o desafio de atividades domésticas de seu próprio governo. Cortes e Comissões independentes conectados aos regimes costumam responder a requerimentos individuais, julgando as regras de aplicação doméstica ou legislações que violam



compromissos internacionais, mesmo onde tais legislações foram implementadas através de procedimentos democráticos (MORAVCSIK, 2000).

Segundo a FUNAG (2008), quando os Estados deixam de assegurar a proteção dos direitos humanos é necessário aplicar a política internacional. Cria-se então um novo arranjo internacional com o propósito de dificultar as possibilidades dos Estados descumprirem com promessas de longo prazo. Quando um país ratifica uma Convenção, o mesmo se vincula internacionalmente, assumindo compromissos internacionais que, se não cumpridos, podem causar consequências graves. Como o Brasil que descumpriu a Convenção de Belém do Pará e, por não resolver o caso de Maria da Penha que sofreu violência por parte do marido, sendo que 15 anos depois o agressor ainda não havia sido punido.

Reis (2011) observa que o sentido dos direitos humanos definidos no regime internacional foram aplicados por grupos sociais e políticos para questionar os limites da participação política dos cidadãos e para denotar as violações cometidas pelo seu próprio governo. Esse processo deu origem às redes transnacionais de ativistas de direitos humanos e também contribuiu para a redemocratização de muitos países da América-Latina na década de 1980.

Reis (2006) ainda declara que autores dividem opiniões sobre os motivos que levam os estados a promoverem o regime internacional de Direitos Humanos, entre os que consideram que é uma ferramenta para o avanço para a humanidade e para uma sociedade mais justa, e por outro lado os que se vinculavam por achar esse tipo de regime “fraco”, que a ONU e nem outro tipo de organização internacional de direitos humanos tem a capacidade ou legitimidade para exigir um comprometimento em relação à proteção dos direitos humanos.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os direitos humanos passaram a incorporar o rol das relações internacionais, não sendo mais tratados como assuntos unicamente internos dos Estados, sendo que os Estados eram os maiores violadores. Assim a pessoa física passa a qualidade de sujeito do direito além da jurisdição doméstica

## 1.4 A Convenção de Belém do Pará

Em 1975, no México, foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre a situação jurídica e social da mulher, convocada pela *Commission on the Status of Women* (CSW). Assim, a ONU trouxe para o âmbito internacional as questões de gênero, deixando de ser apenas uma questão particular dos Estados. Bandeira e Almeida (2015) mencionam três objetivos da luta das mulheres: a) a plena igualdade de gênero e a eliminação de qualquer forma de discriminação por qualquer motivo de gênero; b) a plena participação das mulheres nos processos de desenvolvimento; e, por fim, c) a maior contribuição das mulheres à paz mundial. Destaca-se um importante tratado de reconhecimento dos direitos das mulheres, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral em 1979 (ALMEIDA, 2015).

Anterior a ONU, em 1928, durante a 6ª Conferência Internacional Americana, inicialmente sediada em Havana (Cuba), foi criada a CIM (Comissão Interamericana da Mulher) que é um organismo especializado do Sistema Interamericano da Organização dos Estados Americanos (OEA). De caráter permanente e constituindo-se o pioneiro organismo intergovernamental no mundo, foi criado para assegurar o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Converteu-se no principal fórum de debate e formulação de políticas sobre os direitos das mulheres e a igualdade de gênero nas Américas. Quando criada, a CIM atuava no âmbito da União Pan-Americana, porém, com o fim desse organismo em 1948, foi incorporada à OEA como um Organismo Especializado de caráter técnico permanente (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

A Comissão Interamericana da Mulher (CIM) tem como função e objetivo:

[...] promover e proteger os direitos da mulher e apoiar os Estados-membros em seus esforços para assegurar o pleno acesso aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que permitam que mulheres e homens participem em condições de igualdade em todos os âmbitos da vida social, para lograr que desfrutem plena e igualitariamente dos benefícios do desenvolvimento e compartilhem também a responsabilidade pelo futuro.

Com o dever de velar pelos direitos e interesses das mulheres, a CIM percebeu uma lacuna no texto da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em relação à inserção da

violência contra a mulher no campo jurídico-legislativo, uma vez que não a contemplava de maneira explícita. Por sua vez, a CIM tomou para si a tarefa de elaborar uma ação-estratégia multidimensional e multifocal para abordar tal questão. Foi deflagrado, em 1990, um processo de consulta no âmbito interamericano sobre a situação "mulher e violência", envolvendo também a participação da sociedade civil em nível internacional e as instâncias de decisão da própria OEA. A consulta teve por objetivo iniciar os trabalhos de investigação e sistematização de propostas para regular -com legislações específicas- o fenômeno da violência contra as mulheres nas Américas, com vistas à sua erradicação. Como resultado desse processo, foi evidenciado que havia o predomínio universal de diversas formas e manifestações de violência contra a mulher, o que justificava a criação de medidas para combatê-las, sendo uma delas a de instigar a CIM a preparar um evento a respeito, com vistas a propor atuação própria no campo jurídico-administrativo, assim como de previsão legal e de políticas públicas (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

Portanto, o Comitê Diretivo da CIM promoveu uma reunião para organizar uma comissão interamericana sobre a mulher e a violência. Como resultado, foi criado um anteprojeto de texto para a convenção que circulou entre os governos durante o mês de novembro de 1991. A consulta foi ampliada incluindo a comissão de parlamentares pertinentes, ministérios, outras agências governamentais, passando por associações profissionais e organizações da sociedade civil (ONGs), organizações de mulheres e de direitos humanos, em cada país da região (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

Por fim, em 1994, o projeto foi aprovado. A CIM apresentou o projeto na Assembleia Geral da OEA, em Belém do Pará: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Entrou em vigor em março de 1995. Aprovada pelo Brasil mediante o Decreto Legislativo nº 173, foi em nosso solo ratificada em 27 de novembro de 1995.

A Convenção de Belém do Pará representa um grande avanço em relação a violência contra a mulher, serviu de exemplo para vários países fora das Américas. Até o momento foi ratificado por 32 dos 35 países membros da OEA. A Convenção de Belém do Pará (1994) ainda ampliou o leque da definição de violência, conforme seu artigo 1:

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu um novo paradigma na luta internacional das mulheres, considerando que o privado é público, onde o indivíduo se torna agente internacional e pode fazer denúncias sem necessidade do Estado como intermediador, portanto, cabe aos Estados estabelecerem medidas para erradicar e punir qualquer forma de violência contra a mulher (CONVENAÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

A Convenção se fundamenta na dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade de gênero. Também reconhece abusos aos quais mulheres são submetidas, que necessitam ser eliminados como: estupro, assédio e exploração sexual e outras formas de violência contra as mulheres. A Convenção não enfrenta a temática da violência contra a mulher de forma explícita, embora essa violência constitua grave discriminação. A Declaração de 1993 sobre a eliminação da violência contra a mulher engloba qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou em sofrimento para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, podendo ocorrer na esfera pública ou na esfera privada (PIOVESAN, 2013).

O vigor ainda existente da Convenção de Belém do Pará pode ser verificado a partir das quatro premissas iniciais destacadas no *Guía para la Aplicación de la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y erradicar la Violencia contra la Mujer - Convención de Belém do Pará*. Segundo Bandeira e Almeida (2015) essas premissas são a base de interpretação oficial e são parâmetros para a aplicação e formulação de legislações dos países signatários da Convenção. São elas:

1. "A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos":

Em 1993, a Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena reconheceu os direitos específicos das mulheres e elevou à categoria dos direitos humanos o direito das mulheres viverem sem violência. Afirmou-se também que os direitos da mulher e da menina são parte inalienável, integral e indivisível dos

direitos humanos universais. Hoje há reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos na esfera pública mundial. Os Estados obrigam-se a tomar medidas para combatê-la, o que significa que devem responder por atos e omissões de seus agentes, como por ações privadas que coloquem em risco a vida das mulheres, e são supervisionados por Organizações Internacionais, que podem aplicar medidas de punição caso os Estados não protejam as mulheres.

2. "A violência contra as mulheres é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.":

A violência contra a mulher não é um fenômeno isolado e está presente em todas as sociedades, representada de formas diferentes e em momentos diferentes. No entanto, mantém algo em comum: a desigualdade sofrida pelas mulheres. A Convenção identifica como uma das principais causas dessa violência a desigualdade de poder entre homens e mulheres. A imposição do homem sobre a mulher é algo sociocultural legitimado pela sociedade e Estado. Assim, cada vez mais as mulheres se tornam vulneráveis. É compromisso do Estado criar leis que não sejam de caráter discriminatório e desigual.

3. "A violência contra a mulher transcende todos os setores sociais":

A violência contra a mulher é um problema universal, que abrange todas as culturas e todas as partes de uma sociedade, sem discriminar raça, etnia, classe social, geração, entre outros, como se fosse uma epidemia. Apesar das diferentes formas de violência, as mulheres identificam algo em comum: a condição de subordinação baseada no gênero. Por estas razões que se torna fundamental a atuação da Convenção para enfrentar a violência desde o âmbito político, jurídico, social, econômico, privado e público de modo transversal ao pressionar os Estados-membros a tomarem medidas nessa direção para, de fato, assegurarem o direito da mulher a uma vida livre de violência.

4. "A eliminação da violência contra as mulheres é condição para o desenvolvimento igualitário":

A violência contra a mulher limita o desenvolvimento, impede as mulheres de atuarem na sociedade. As mulheres que estão na linha da pobreza se tornam mais vulneráveis, pois estão restringidas ao serviço do lar e à família, e também possuem menos capacidade econômica para fugirem da violência. Além dos direitos humanos, o direito à liberdade, autonomia, segurança e dignidade devem ser garantidos, sobretudo, o direito à vida, direito esse que depende dos demais direitos previstos em todos os instrumentos regionais e internacionais.

As premissas propostas ajudam a identificar as exigências para que os governos dos países membros prestem contas das suas ações em relação à implementação dos mecanismos de proteção internacionais, como previsto no artigo 10:

A fim de proteger o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, os Estados-Partes deverão incluir nos relatórios nacionais à Comissão Interamericana de Mulheres informações sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para prestar assistência à mulher afetada pela violência, bem como sobre as dificuldades que observarem na aplicação das mesmas e os fatores que contribuem para a violência contra a mulher (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994, artigo 10).

Conforme Bandeira e Almenida (2015), em 2004, no *District of Columbia - Washington*, foi criado o Mecanismo de Segmento da Convenção de Belém do Pará (Mesecvi) pela Assembleia de Delegados da CIM com o objetivo de analisar como os Estados estão implantando a Convenção, também ajuda na cooperação entre os Estados-parte. O Mesecvi irá fazer seu papel sem interferir na soberania ou na Constituição do Estado-parte.

A Convenção de Belém do Pará foi, com certeza, um grande avanço no combate da violência contra mulher, abrangendo o significado de violência como qualquer ação ou conduta baseada em seu gênero, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico, tanto na esfera privada como pública.

## CAPÍTULO 2

### A CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

No capítulo II serão analisadas as diferentes formas de violência contra a mulher, como cada uma delas se diferencia por suas peculiaridades e especificidades na América Latina. A grande presença de violência nessa região, esteve sempre presente na sociedade e na sua história como visto no capítulo I. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), define a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Silva (2010) acredita que a violência contra a mulher não pode ser compreendida apenas como um ou vários atos sistematizados de agressão contra o seu corpo, seja da ordem do abuso sexual, seja do espancamento, da tortura física ou psicológica. A violência que a mulher sofre está no seu dia-a-dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. Essa violência está velada no mascaramento e na subordinação da linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos *jogos de linguagem*, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade. Também há a criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como *a doméstica*, *a dona de casa*, *a professorinha*, *a mãe* e *a garota de programa estilo exportação*, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual.

A violência contra a mulher está presente no cotidiano e, para muitos, já se tornou algo ‘natural’ de sua sociedade, tanto para os homens em relação às

mulheres e quanto para as mulheres que desde pequenas convivem com diferentes formas de assédio, em locais como escola, trabalho e sua própria residência e acabam por não perceberem ou não relatarem tais assédios.

Além da influencia histórica de violência da região que perpetua ate os dias atuais, outro meio importante de influencia que mantém a desigualdade de gênero e desvalorização da mulher é a mídia, não somente a mídia brasileira que sempre associa o Brasil à mulher, mas de toda a América latina. Quase todos os comerciais da TV aparece uma mulher de biquine ou sem roupa, que aparecem em qualquer horário e canal. Blay (2003) acrescenta que a televisão produz programas em que o homem mata a mulher:

Os programas televisivos, que dramatizam os crimes passionais, estupros seguidos de morte, incesto, trazem uma dupla mensagem: de um lado acusam o criminoso mas, ao mesmo tempo, romantizam esse tipo de crime. Esses veículos tendem a reproduzir a antiga versão de que a "vítima é responsável por sua morte" e, muitas vezes, ao *reiterarem* imagens e reconstituições dos supostos fatos *exaltam* os crimes.

A violência contra a mulher começa com a desigualdade de gêneros vividos desde os primórdios. Silva (2010) ainda discorre que gregos antigos, até bem pouco tempo atrás, acreditavam que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos, e, por isso, os homens detinham o direito de exercer uma vida pública. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, pois seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada, e, durante vários séculos, quem julgasse se apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino a morte certa na guilhotina. Muitas mulheres que tentaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino. Assim, *Olympe de Gouges*, condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher "desnaturada" ao propor um documento a Assembleia da França. Ela propôs em 1791 uma Declaração de Direitos da mulher e da Cidadã para igualar-se ao homem, aprovada pela Assembleia Nacional.

Silva (2010) enfatiza que a violência contra a mulher viola os direitos humanos e se torna uma bandeira de luta não só para as mulheres, mas também



para todo aquele que compreende como universal a igualdade entre todos e o reconhecimento do outro como um de nós<sup>1</sup>.

A violência está incrustada no pensamento estereotipado de homens e mulheres de uma sociedade herdeira de pensamentos caducos e de crenças esclerosadas, que compreendia a mulher como um ser inferior ao homem, então, portanto, a violência física, o estupro, os assassinatos, o aborto indesejado, as torturas psicológicas e a mutilação genital, dentre tantos outros atos de violência, sem falar na discriminação contra a condição feminina, principalmente quanto ao baixo nível social, econômico, as origens étnicas e raciais das mulheres vítimas de violência se coadunam com essas condições (DIMENSTEIN, 1996). Durante décadas esse pensamento foi implantado na sociedade, e está presente em diferentes culturas, sem distinguir raças, classe econômica, idade, religião. A violência contra a mulher pode acontecer com qualquer uma sem exceção.

## **2.1 Assédio Sexual: um problema do dia a dia da mulher**

Na sociedade Latino-Americana é difícil para as mulheres entenderem a violência além da sexual ou física, mas elas estão sim presentes e muitas vezes escondidas em pequenos atos, quase que imperceptíveis. Agressões como a humilhação, desvalorização moral ou o deboche público em relação à mulher, diminuindo sua autoestima, constam como tipos de violência emocional. O simples *fiu-fiu* na rua, comentários entre parentes sobre seu corpo ou até no ambiente de trabalho com algum colega ou chefe, também é um ato de violência contra a mulher. Comentários maldosos podem ser humilhantes para a mulher, causando constrangimento fazendo-a se sentir mal consigo mesma. Este é um dos mais comuns tipos de violência contra a mulher, onde, na sociedade, o corpo da mulher não é dela e sim algo público, onde todos se acham no direito de comentar ou até tocar e, quando a mulher denuncia esse tipo de assédio, muita das vezes é vista não como vítima, mas por ser incentivadora da agressão.

De acordo com Fukuda (2012) a violência contra a mulher e, particularmente o assédio sexual, é uma violência de caráter sexista, visto que, em primeiro lugar, na

---

<sup>1</sup> Ver Capítulo 1.

relação de gênero há uma conversão da diferença, a princípio biológica, numa relação de desigualdade com caráter opressivo. Em segundo lugar, no crime de assédio sexual a vítima não é percebida pelo agressor como ser humano, mas como coisa, com a qual ele pode fazer o que quiser. Acredita-se que existe uma dificuldade em caracterizar o crime de assédio por parte das instituições sociais, cujo fundamento está em nosso padrão cultural que legitima comportamentos sexuais predatórios por parte do homem e, assim termina por não incriminar a conduta do agressor, tratando o assédio como um problema normal e não como uma violência contra a mulher<sup>2</sup>.

Melo (1999) aponta que o assédio sexual faz parte do direito constitucional fundamental a uma vida livre de violência, introduzido no sistema constitucional brasileiro pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), ratificada pelo Brasil em 1995, e que, a ausência de sua regulamentação caracteriza um estado de inconstitucionalidade passível de correção pelos mecanismos constitucionais da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e do mandado de injunção. É um problema da inconstitucionalidade por omissão gerada pela falta de norma regulamentadora do assédio sexual. Como visto no capítulo I, a proteção dos direitos humanos dentro do sistema global (Organização das Nações Unidas – ONU) e regional (Organização dos Estados Americanos – OEA) compreende um sistema geral e um sistema especial de proteção.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher insere-se no sistema regional especial. O assédio sexual é violência contra a mulher ocorrida no âmbito público, no âmbito do trabalho, em instituições educacionais e em quaisquer outros lugares. Com isso, a Convenção de Belém do Pará começa por reconhecer que a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, limitando total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício desses mesmos direitos e liberdades.

Assim a Convenção não se restringe somente à violência doméstica (privada), mas também em todos os outros casos de violência que podem ocorrer no âmbito público como escolas, trabalho, família, na comunidade como um todo, que antes não era

---

<sup>2</sup> Ver Capítulo 1.

protegido. “Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público como no privado.” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

A Convenção entende que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica, assim como em diferentes áreas, como está previsto no Artigo 2º:

Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: a. [...]; b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar do trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar.

Ficou assim estabelecida a existência do assédio sexual no Brasil quando este ratificou a Convenção de Belém do Pará em 1995. Pela falta do conceito legal e de suas implicações é que vem sendo dificultada a prevenção do assédio sexual, punição e erradicação no Brasil. Carece de legislação infraconstitucional para gozar da eficácia jurídica. Por falta de norma é que as pessoas assediadas acabam resolvendo seus conflitos à margem do direito e, muitas vezes, com sérios prejuízos para a(o) assediada(o). A Convenção confere responsabilidades ao Estado e, por não ter uma legislação específica, em muitos países é a Convenção que vai garantir proteção às vítimas de assédio sexual, já que é obrigação dos Estados proteger a mulher a partir da ratificação da Convenção. (MELO, 1999).

## **2.2 Femicídio**

Mais recentemente o crime de feminicídio (assassinato de mulheres por motivos relacionados com o sexo) tem alcançado números espantosos nos últimos anos. De acordo com Meneghell e Hirakatali (2011), o termo feminicídio foi primeiro usado por Russell em um tribunal de direitos humanos e corresponde a qualquer manifestação ou exercício de relações desiguais de poder entre homens e mulheres que culmina com a morte de uma ou várias mulheres pela própria condição de ser mulher.

Segundo Radford e Russel (1992), a primeira característica desta definição considera o feminicídio como mortes intencionais e violentas de mulheres em decorrência de seu sexo, ou seja, pelo fato de serem mulheres.

Entretanto, termo feminicídio foi proposto por Lagarde (2004) como o "conjunto de delitos de lesa humanidade que contém os crimes e os desaparecimentos de mulheres", ainda:

Para que se dê o feminicídio, concorrem de maneira criminal o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes. Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado.

O feminicídio ainda pode ser classificado em três grupos segundo Carcedo Cabañas e Rodríguez (2002), são eles:

- Feminicídio íntimo: são os assassinatos cometidos por homens com quem a vítima mantinha ou teve uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins. Também inclui crimes cometidos por parceiros sexuais, maridos, namorados de relações passadas ou atuais;
- Feminicídio não íntimo: são os assassinatos cometidos por homens com quem a vítima não tem relações íntimas, familiares, de convivência, ou afins, mas com uma relação de convivência como amigos, colegas de trabalhos, ou empregadores. Esse grupo pode ser separado se houver crime de violência sexual ou não;
- Feminicídio por conexão: se faz referência às mulheres que foram assassinadas na 'linha de fogo' de um homem tentando matar uma mulher. Mulheres que tentaram salvar outras, podendo essas serem filhas, parentes ou amigas e que acabaram sendo mortas.

Porém, para Fragoso (2002), o que explicaria as mortes não seria a condição de gênero, mas o fato de as mulheres não estarem desempenhando seus papéis de gênero adequadamente. As mulheres estão cada vez mais desenvolvendo atividades que não correspondem ao sexo feminino e, por consequência, são

violentadas. Mesmo com essa teoria, mais da metade dos homicídios de mulheres correspondem a feminicídios causados pelas desigualdades de gênero. Os crimes de feminicídio são, em grande parte, cometidos pelo próprio parceiro ou ex-parceiro da vítima, mas também podem ser por parte de alguém desconhecido.

O feminicídio é um crime que reflete a grande desigualdade de gênero em todo o mundo, onde o homem se sente superior e com poder sobre a mulher ou seu corpo, sendo que o mesmo pode acontecer com violência sexual primeiro, como o estupro e, em seguida, com o assassinato. Nenhum Estado está livre desse crime, a exemplo, dados de organizações de direitos humanos apontam que a Guatemala, que passou por violentos conflitos internos, possui uma das maiores ocorrências de feminicídios das Américas. Entre 2003 e 2005, 1.398 mulheres foram assassinadas na Guatemala. O número de agressões aumenta em locais com maior pobreza, pouca educação e entre casais com diferenças de idade distantes (FRAGOSO, 2002).

Meneghell e Hirakatali (2010) também afirmam que na América Latina muitas mulheres assassinadas pertencem aos setores marginalizados da sociedade e, comumente as mídias apresentam as vítimas como prostitutas, operárias das fábricas e montadoras transnacionais conhecidas como “*maquilas*” em países de língua espanhola, e membros de gangues ou redes de narcotráfico. Em suma, mulheres jovens e pobres, migrantes, procedentes de áreas de favelas ou irregulares, que realizam trabalhos precários, estão em situação de elevada vulnerabilidade. Em contrapartida, no Brasil, os feminicídios predominam entre mulheres jovens, brancas, com nível fundamental de ensino, profissões não qualificadas, enquanto os agressores são jovens, geralmente com menor grau de escolaridade que as mulheres, casados, com antecedentes criminais, envolvimento repetido em brigas e conduta de ameaças e violências dirigidas contra as mulheres. Não há uma regra ou um grupo específico da sociedade que vai sofrer mais ou menos com o feminicídio.

O feminicídio não é um crime isolado e, na verdade, é considerado como o fim de um longo percurso de violência sofrida pela mulher. Todo tipo de violência contra a mulher é um resultado de diferenças de poder entre homens e mulheres passadas por gerações e culturas. O feminicídio pode ser denunciado no âmbito

internacional como um problema público, assim os Estados são obrigados a cumprir compromissos firmados ao ratificar as convenções internacionais de proteção dos direitos das mulheres, para erradicar, punir e prevenir todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres<sup>3</sup> (MENEGBELL; HIRAKATALL, 2010).

A partir disso, pode-se observar a importância dos Regimes Internacionais de Direitos Humanos, mais especificamente os de proteção às mulheres, na garantia de assistência mesmo em crimes como o feminicídio, que em muitos casos não possui legislações internas aos Estados signatários a Convenção.

De acordo com Pasinato (2011), a maior parte dos países da América Latina possui leis especiais para a violência doméstica familiar, mas essas leis não enquadram a morte de mulheres de forma diferenciada. Assim, para o sistema policial e judicial, as mortes de mulheres são classificadas e processadas segundo a tipificação penal existente em cada país, o que engloba os homicídios qualificados ou simples, parricídio<sup>4</sup>, uxoricídio<sup>5</sup> e a figura do homicídio por violenta emoção que abarca os crimes passionais. Essas classificações aplicam-se a todas as mortes, independente de terem sido cometidas contra homens ou mulheres, algumas se aplicam apenas a adultos, outras podem se aplicar também às crianças. Com esse fator fica cada vez mais difícil diferenciar o feminicídio de outros crimes, podendo ser um desafio maior para criar leis específicas para esse tipo de violência, facilitando a impunidade do agressor.

A América Latina possui números altos de feminicídios, no entanto a Guatemala é o país com maior número de casos. Está marcada na sua história e cultura a perseguição, o abuso contínuo, a violência sobre a qual se há socializado na sociedade entre homens e mulheres. Na Guatemala, em particular, existe uma tendência dentro de alguns grupos que consideram que o feminicídio ocorre de forma isolada, sendo o produto de 'forças escuras ou paralelas que as governam', vinculadas ao crime organizado, separando então o feminicídio de sua verdadeira origem: a violência sexista contra as mulheres e a sua atribuição à violência

---

<sup>3</sup> Ver Capítulo 1

<sup>4</sup> Homicídio cometido contra pai ou mãe. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=parricidio>>.

<sup>5</sup> Homicídio cometido pelo marido contra sua mulher. Constitui agravante ser o crime cometido contra cônjuge. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=uxoric%C3%ADdio>>

generalizada que vive o país, contribuindo para considerar esses assassinatos como 'normais' ou menos sérios que outros (AGUILAR, 2005).

Ao contrário de outros países, na Guatemala o número de mortes de mulheres é maior do que a morte de homens, o oposto do Brasil, em que a causa da morte dos homens não resulta do fato de serem homens, como acontece com as mulheres que são mortas pelo fato de serem mulheres. Segundo Pasinato (2011), no Brasil a maior dificuldade encontrada sobre as mortes de mulheres é também a falta de dados oficiais para os números de mortes. Os estudos e relatórios sobre a situação dos feminicídios em países da América Latina não enfrentam situação diferente, pois a ausência de dados oficiais que permitiriam propor políticas de enfrentamento para esta e outras formas de violência se torna um obstáculo. A única maneira para que os estudos continuem é ir por fontes como registros policiais, registros médico-legais, processos judiciais, documentos do Ministério Público e, uma das fontes mais utilizadas, a imprensa escrita. Por mais que seja possível conseguir os dados, esses não são específicos e não podem dizer com clareza a realidade do problema.

### **2.3 A Cultura do Estupro**

O estupro é uma das violências mais prejudiciais a qualquer mulher, sendo a violação mais forte ao corpo feminino que deixa traumas físicos e, principalmente, psicológicos. Atinge qualquer faixa etária, raça, classe social, sem distinções. O dano psicológico é tão devastador e humilhante que a maior parte das mulheres violadas não fazem ocorrência, dificultando ainda mais os estudos de políticas públicas para evitar outros casos de estupro. Esse tipo de violência normalmente é o menos notificado, pois trás um constrangimento enorme para a mulher e seus familiares. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea):

em 2013, o Ipea levou a campo um questionário sobre vitimização, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social<sup>9</sup> (SIPS), que continha algumas questões sobre violência sexual<sup>10</sup>. A partir das respostas, estimou-se que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais 10% são reportados à polícia<sup>11</sup>. Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(FBSP) de 2013, que apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil.

O estupro não tem nem hora nem lugar e, infelizmente, a realidade é que a mulher não está segura em sua casa, no trabalho e, tampouco, nos lugares públicos. O estupro pode acontecer por parte do parceiro, parente, amigo ou desconhecido. (SUDÁRIO, ALMEIDA E JORGE, 2005).

Esse tipo de violência normalmente é acompanhado de uma ameaça de morte com algum artifício como arma de fogo, facas ou o próprio punho. O estupro é uma forma de o homem mostrar seu poder sobre a mulher, nem sempre é sobre o ato do sexo em si, e sim de expor sua raiva, não necessariamente sobre a mulher que está violentando. Kaplan e Sadock (1990, p. 396-397) afirmam que:

O crime é cometido para aliviar uma energia agressiva demasiadamente intensa contra pessoas pelas quais o estuprador tem algum respeito. Embora essas pessoas admiradas sejam geralmente homens, a violência vingativa é dirigida às mulheres. Esta descoberta encaixa-se na teoria feminista, que propõe que a mulher serve de objeto ao deslocamento da agressão que o estuprador não pode expressar diretamente contra outros homens. A mulher é considerada propriedade ou posse vulnerável dos homens.

Para Vito *et. al* (2005) o estupro é um mecanismo de poder sobre a mulher difundido na sociedade e ignorado, reforçado pela sociedade machista dando mais poder à dominação masculina. Um ato de violência que nunca foi tratado por Instituições de direitos humanos e direito humanitário internacional apresenta inconsistências, sempre que mencionado explicitamente no contexto do direito humanitário internacional. O estupro tende a ser associado à "honra" de uma mulher e não como crime de violência, como deveria, assim, por consequência foca-se apenas na proteção à mulher e não na proibição do estupro. É necessário encontrar uma única norma que defina estupro dentro dos instrumentos de direitos humanos regionais e da ONU, do contrário, não será possível uma definição que abranja o estupro, para que assim possa ser utilizada no contexto do direito humanitário internacional.

Ainda, segundo Vito *et. al* (2005), houve um avanço no contexto do direito internacional:



Em 1998, a Seção de Julgamento do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) incluiu em seu julgamento do caso "Procurador contra Jean-Paul Akayesu" uma tentativa de definir estupro no contexto do direito internacional. Altamente inovadora, considerando que era a primeira vez que um tribunal penal internacional formulava uma definição de estupro, essa definição foi usada como ponto de partida para reflexões subsequentes do Tribunal Penal Internacional sobre como o estupro pode ser classificado. Em contraste com o modo como ele vinha sendo compreendido, especialmente dentro dos parâmetros do direito humanitário internacional, há uma série de crimes internacionais, como a tortura. Os crimes internacionais foram definidos e tratados como crimes de violência e, por sua vez, sua proibição pelo direito internacional é considerada de suma importância. Ademais, apesar do estupro ser incluído na tipificação de certos crimes internacionais, tais como tortura, genocídio, violação de túmulos, definidos pelas Convenções de Genebra (1949), ou crimes contra a humanidade, ele não se sustenta como crime internacional listado nos tratados internacionais. O estupro é proibido pelo direito internacional, mas não é designado especificamente como um crime internacional.

Fazendo referência ao primeiro capítulo a dificuldade dos Estados a cooperarem com um Regime Internacional de Direitos Humanos, dificulta na criação de um Regime que aborde o estupro como crime internacional. É necessário que a sociedade reprima o estupro e reivindique medidas de proteção aos Estados.

### **2.3 A Violência Psicológica**

A violência psicológica contra a mulher está além da violência física ou sexual, submergida em pequenas ações cotidianas, difíceis de serem identificadas pela vítima. Algumas vezes o pensamento é que as ações de violência psicológica têm a ver com problemas como trabalho, filhos ou outros, que levam o parceiro a praticar a violência psicológica (BRASIL, 2001).

A violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, limitação no direito de ir e vir, provocando o isolamento de amigos e familiares, impedindo-a até mesmo que utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, a psicológica é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações essas que

se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa ao suicídio (BRASIL, 2001).

A diferença entre a violência física e a psicológica é que por meio de palavras, olhares e outros gestos a mulher é violentada, sem necessariamente ocorrer o contato físico.

FNEDH (2006) também afirma que a agressão psicológica “as violências psicológicas ou mentais incluem abuso verbal constante, injúrias, possessão excessiva,

isolar a mulher da família e dos amigos, privação de recursos materiais e econômicos, e destruição de propriedade pessoal”.

Silva, Coelho e Caponi (2007) afirmam que a violência psicológica na sua maioria é negligenciada, com base em dois pontos:

1. As mídias só falam da violência doméstica quando esta já está em um estágio agravado, onde já houve uma agressão física ou até mesmo homicídio.
2. A mídia apresenta a violência urbana mais preocupante do que a doméstica.

Segundo FNEDH (2006) a dificuldade tanto do homem quanto da mulher de expressarem seus sentimentos de forma amorosa, resulta no enfrentamento do conflito por meio de agressão física, verbal ou psicológica. Diz ainda “Os homens não nascem violentos, eles se tornam violentos por uma construção cultural, assim como o papel da mulher também é aprendido pela sua inserção na cultura.”

Muitas das vezes o número de ocorrências pode ser maior na violência urbana, pois é mais fácil denunciar um agressor que você não tem contato algum, o que foge completamente do caso da violência doméstica, onde é mais difícil para a mulher denunciar seu parceiro por conta dos filhos, de não ter como se manter sozinha, ou até mesmo com medo do parceiro voltar a agredir ela ou aos filhos. O processo desse tipo de violência inicia-se silenciosamente, onde a mulher é humilhada, resultando em baixa autoestima, isolamento e, assim, podendo haver a agressão física sem que ela possa reagir (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

A mulher acaba que por muitas vezes sendo conivente ao se desculpar pelos atos do parceiro, como se o mesmo não tivesse culpa do que fez por estar alcoolizado, dentre outras situações. A vítima, ao tomar a culpa para si, facilita ao agressor a continuidade das humilhações até atingir níveis maiores de agressão.

A violência psicológica pode causar também vários danos físicos à mulher, como dores de cabeça, distúrbio alimentar, úlceras, depressão, dentre outros. Ainda muito pouco estudada, a violência psicológica é um fator de risco para as mulheres, podendo este desencadear outros tipos de violência como a física, com risco de homicídio. Uma violência perigosa e silenciosa, que se detectada precocemente pode evitar mortes de várias mulheres. Infelizmente a lei é despreparada para esse tipo de violência, pouco se é feito nas políticas públicas para enfrentar e prevenir (SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

A violência contra a mulher na América Latina ainda é uma preocupação pública. A sociedade patriarcal é um entrave para que novas políticas públicas sejam desenvolvidas contra a violência que está incorporada e enraizada no imaginário social coletivo e, mesmo com as leis já existentes, os números de violência continuam altos, sendo este um vestígio de que a sociedade precisa mudar e o estado tem que promover essa mudança.

Em virtude a criação de regimes internacionais, como a Convenção de Belém do Pará analisada no capítulo anterior, o indivíduo possui o direito de pedir proteção a Convenção, quando seu Estado não lhe oferece medidas necessárias.

## **CAPÍTULO 3**

### **MEDIDAS TOMADAS APÓS A RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ POR BRASIL, CHILE E GUATEMALA.**

Após ratificarem a Convenção de Belém do Pará, alguns Estados Latino-americanos tomaram medidas para prevenir a violência contra as mulheres em seus Estados. Os Estados e suas respectivas leis que serão apresentadas nesse capítulo são: Brasil - Lei Maria da Penha, Chile – Lei de Violência Doméstica e Guatemala - Lei de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher. Diante disso mostrar o momento em que essas leis foram criadas, como funcionam e até que ponto elas protegem as mulheres contra os diferentes tipos de violência citados no capítulo anterior. Também cabe analisar como as leis são postas em prática e se os números de violência nesses Estados diminuíram depois da criação da lei.

Um dos pontos fortes de Convenção, de acordo com Ushakova (2013), é que a Convenção de Belém do Pará prevê a obrigação dos Estados membros de apresentar informes sobre as medidas legais e administrativas adotadas para cumprir seus compromissos convencionais, as medidas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para assistir as mulheres afetadas pela violência, assim como as dificuldades que essas leis aplicadas sofrem para serem obedecidas com eficácia e os fatores que contribuem para a violência. Finalmente, um fator importante que é estabelecido segundo Ushakova (2013):

É o mecanismo de denúncias individuais para qualquer pessoa, grupo de pessoas ou ONGs podem apresentar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, petições que contenham denúncias ou queixas de violação do art. 7 da Convenção por um Estado parte (art. 12). O Sistema Interamericano permite que aqueles que ativam o procedimento ante a CIDH não só não tenham que ser as vítimas da violência ou seus representantes, nem se quer devem contar com o consentimento expresso ou tacito da vítima, e sim que seja obrigatória sua intervenção.

Portanto, a violência contra a mulher pode ser punida, mesmo sem a atuação do Estado, e mesmo sem que a vítima tenha que denunciar o agressor no âmbito internacional, qualquer pessoa ou grupo pode fazer a denúncia, facilitando a punição dos agressores.

### **3.1 A Lei Brasileira para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha**

A Lei Maria da Penha foi o primeiro caso de exigência de criação de alguma medida de proteção à mulher por parte da Convenção de Belém do Pará. No ano de 1983, Maria da Penha casada com o colombiano Sr. Heredia Viveiros, sofreu sua primeira tentativa de homicídio por parte do marido, onde o mesmo atirou em suas costas deixando-a paraplégica. Para a polícia o marido disse que tinha sido uma tentativa de assalto. Maria da Penha já vinha sofrendo agressões do marido, mas tinha medo de pedir a separação e algo mais grave acontecer com ela ou uma de suas três filhas. Após voltar do hospital, fisicamente debilitada sofreu uma nova tentativa de homicídio, desta vez o marido tentou eletrocutá-la durante o banho. Foi então que Maria da Penha pediu a separação.

Porém, passados 15 anos da agressão, o Estado brasileiro ainda não havia tomado as medidas necessárias para punir o ex-marido de Maria da Penha, e o mesmo ainda se encontrava em liberdade. Foi então que o caso foi apresentado a OEA- Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 20 de agosto de 1998, pelo Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL-Brasil) e o Comitê Latino-americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil), juntamente com a vítima Maria da Penha Maia Fernandes, encaminhando uma petição contra o Estado brasileiro, relativa ao paradigmático caso de violência doméstica por ela sofrido. Diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2000):

Denuncia-se a violação dos artigos 1(1) (Obrigação de respeitar os direitos); 8 (Garantias judiciais); 24 (Igualdade perante a lei) e 25 (Proteção judicial) da Convenção Americana, em relação aos artigos II e XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (doravante denominada “a Declaração”), bem como dos artigos 3, 4,a,b,c,d,e,f,g, 5 e 7 da Convenção de Belém do Pará.

No caso de Maria da Penha, os recursos internos não haviam sido esgotados, como o caso estava aguardando uma decisão final há quinze anos, um requisito necessário para acionar a Convenção de Belém do Pará foi excluído graças à uma exceção prevista pelo inciso (2)(c) do mesmo artigo, que exclui esta condição nos casos em que houver atraso injustificado na decisão dos recursos internos, exatamente o que havia acontecido no caso de Penha. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2000):

No ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em seu Informe n.º 54 de 2001, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, recomendando, entre outras medidas: A finalização do processamento penal do responsável da agressão. Proceder uma investigação a fim de determinar a responsabilidade pelas irregularidades e atrasos injustificados no processo, bem como tomar as medidas administrativas, legislativas e judiciais correspondentes. Sem prejuízo das ações que possam ser instauradas contra o responsável civil da agressão, a reparação simbólica e material pelas violações sofridas por Penha por parte do Estado brasileiro por sua falha em oferecer um recurso rápido e efetivo. E a adoção de políticas públicas voltadas a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

Spieler (2011) também informa que a lei Maria da Penha foi criada a partir de uma violação do Brasil ao art. 7 da Convenção de Belém do Pará e, como consequência, o IACHR (*Inter-American Commission on Human Rights*) estabeleceu que o Brasil deveria adotar medidas para combater a violência contra a mulher. Nesse caso, a Comissão Interamericana decidiu iniciar o processo de mudança culminante a adoção da Lei Maria da Penha.

Em 7 de agosto de 2006 entrou então em vigor a Lei n.º 11.340/06, Lei Maria da Penha, que:

Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Tal violência sofrida por Maria da Penha, se ocorrido o homicídio, se caracterizaria hoje em dia como um feminicídio. Infelizmente, um dos pontos fracos

da lei Maria da Penha é que ela está rotulada como violência doméstica, definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial às mulheres, ocorrida em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima. A denominação violência doméstica deixa algumas lacunas, restringindo a violência de gênero ao âmbito do domicílio conjugal, retirando do conceito a conotação de desigualdade de gênero e focando a atenção na família e não na mulher (MENEGBELL *et. al*, 2013).

Ademais, varias medidas têm sido tomadas para reforçar a Lei Maria da Penha incluindo: a criação de cortes especiais de violência domestica e familiar contra a mulher, treinamentos para o reforçamento da lei, judiciários e outros agentes públicos na implementação da lei; o estabelecimento de um observatório para monitorar a implementação e aplicação da Lei (SIGI, [s.d]).

Inclui-se outras medidas de proteção à integridade da mulher, as direcionadas ao agressor e as de proteção a vítima. Ocorre então a suspensão de porte de arma, o afastamento do domicílio, a proibição de condutas como aproximação e contato, a frequência a determinados lugares e a restrição ao direito de visita a menores para o agressor. Para a mulher há a possibilidade de recondução ao domicílio; afastamento do domicílio sem prejuízo dos direitos e encaminhamento a serviços de saúde e assistência social (MENEGBELL *et. al*, 2013). Assim, se o agressor é afastado antes da agressão corporal, dificilmente chegará a acontecer algo mais grave, somente em casos em que o agressor descumpra a lei de afastamento.

Um ponto criterioso por parte da necessidade de representação da vítima na concepção das autoras Meneghell *et. al* (2013) é:

A Lei nº 9.099/95 considerava a violência como crime condicionado à representação e a ação penal só iniciava a partir da intenção da ofendida de processar criminalmente o acusado. Com a Maria da Penha, deixou de ter valor a exigência de representação e as lesões corporais passam a ser consideradas crime de ação penal pública incondicionada, bastando que a vítima de violência compareça à delegacia para abrir um processo. Essa questão gerou inúmeros recursos aos tribunais de justiça, havendo questionamentos em relação à natureza incondicionada da ação penal pública proposta independentemente da declaração da vítima. Segundo o movimento de mulheres, a transformação da ação penal pública incondicionada em ação penal pública condicionada significa despenalização. Além disso, sabe-se que muitas mulheres não são adequadamente informadas sobre esta questão jurídica e há juízes que não

deferem as medidas protetivas sem representação, situações que levam as mulheres a desacreditarem da lei.

Por mais que a Lei tenha vários pontos fortes, eles nem sempre são prestados por aqueles que a aplicam. Como por exemplo, a regra de afastamento do agressor à vítima para evitar agressões e ameaças, nem sempre é cumprida por eles e, quando o sistema policial é solicitado, não agem com rapidez ou, nem sequer, fazem a ocorrência. Isso dificulta os dados sobre os casos de agressão, além de deixar a mulher em uma situação de risco.

Alguns autores analisam diferentes tipos de violência e como a lei Maria da Penha tem auxiliado para a redução desses atos violentos contra as mulheres. Amancio, Fraga, Rodrigues (2016) exploraram se houve redução nos casos de estupro ou tentativa de estupro analisando o antes e depois da Lei Maria da Penha, entre 2005 e 2013.

No ano de implantação da Lei, houve redução dos casos para todos estados, com exceção dos seguintes: Espírito Santo, que apresentou aumento de 84,6%, Pernambuco com aumento de 38,5% e Mato Grosso com aumento mais discreto de 10,35%. No entanto, para o ano de 2007, praticamente todos os estados que disponibilizaram informações aumentaram o número de casos de estupro e tentativa de estupro, a única exceção foi São Paulo, que reduziu o número de casos em 5,89%. Para os demais estados, destacaram-se novamente o Espírito Santo com aumento de 109,26% e Rio de Janeiro com 99,79%. Ao comparar informações de 2005 e 2013, para todos os Estados, exceto Goiás (-26,09%), houve aumento no número de casos de estupro, especialmente para os estados de Pernambuco (647,97%), Espírito Santo (456,75%), Pará (394,98%), Paraná (382,06%), Mato Grosso (324,25%), Santa Catarina (319,93%) e Amazonas (304,34%).

O estupro é coberto pela Lei Maria da Penha. O código penal define estupro como intimidação através de violência ou graves ameaças ou a pratica de qualquer ato obsceno. O perpetrador não pode escapar por ser casado com a vitima, de acordo com um relatório de 2005 enviado a CEDAW, o código Penal incrimina o estupro matrimonial (SIGI, “s.d”).

Entretanto a Lei Maria da Penha não trouxe números significativos na redução dos casos de estupro ou tentativa de estupro, todavia condiciona uma sensação de proteção para as mulheres. Contudo, não há certeza sobre o aumento de estupros ou tentativas de estupro, pois pode ser aumento real de casos ou somente uma



consequência da criação de delegacias especializadas, que facilita para as mulheres fazerem ocorrência por ter mais delegacias especializadas e a sensação de segurança.

Não obstante, sobre o Femicídio, assim como os casos de estupro, foi avaliado o número de casos referentes a antes e após a criação da Lei. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) avaliou a eficiência da Lei Maria da Penha e constatou que não houve redução nos números de mortalidade feminina. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois) (GARCIA et. al, . Entre 2006 e 2007 foi o único período em que houve redução nas taxas de Femicídio, por ser o ano da aplicação da Lei, mas logo depois voltou a subir segundo Garcia et. al (2013):

A taxa corrigida de feminicídios foi 5,82 óbitos por 100.000 mulheres, no período 2009-2011, no Brasil. Estima-se que ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram as taxas de feminicídios mais elevadas, respectivamente, 6,90, 6,86 e 6,42 óbitos por 100.000 mulheres. As UF com maiores taxas foram: Espírito Santo (11,24), Bahia (9,08), Alagoas (8,84), Roraima (8,51) e Pernambuco (7,81). Por sua vez, taxas mais baixas foram observadas nos estados do Piauí (2,71), Santa Catarina (3,28) e São Paulo (3,74). Mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos. No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção da Sul. Merece desta que a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até 8 anos de estudo. No Brasil, 50% dos feminicídios envolveram o uso de armas de fogo e 34%, de instrumento perfurante, cortante ou contundente. Enforcamento ou sufocação foi registrado em 6% dos óbitos. Maus tratos – incluindo agressão por meio de força corporal, força física, violência sexual, negligência, abandono e outras síndromes de maus tratos (abuso sexual, crueldade mental e tortura) – foram registrados em 3% dos óbitos. 29% dos feminicídios ocorreram no domicílio, 31% em via pública e 25% em hospital ou outro estabelecimento de saúde. 36% ocorreram aos finais de semana. Os domingos concentraram 19% das mortes.

O último relatório da CEDAW revela que o número de violência contra a mulher continuam altos e em crescimento: teve um crescimento considerável nos números de denúncias de violência contra as mulheres recebidas pelo centro de ligação a mulher (número 180) entre 2006 e 2009, de 12,664 to 40,857. Tal crescimento diz está relacionado a criação do número 180 (SIGI, “s.d”).

Em 2001 o Brasil passou um projeto de lei sobre assédio sexual e estabelecendo sentença de prisão de até dois anos. Recentemente o Brasil aprovou a LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015, que:

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Assim como nos casos de estupro, houve uma pequena redução de violência no período próximo à aplicação da Lei e, logo após, os números voltaram a subir. A grande divulgação da Lei Maria da Penha nos anos de 2006 e 2007 fez com que os homens se sentissem ameaçados, entretanto, ao longo do tempo, com a demora de julgamento dos agressores, a má aplicação da Lei e a redução de sua divulgação, a Lei não os ameaçava mais.

### **3.2 Lei Chilena 20.066 de Violência Domestica.**

Na Carta Fundamental do Chile, são consagrados princípios fundamentais para interpretar o alcance dos direitos humanos das mulheres e para a abordagem problemática de violência contra elas. Na Constituição Política, portanto, existem referências ao princípio da igualdade, o qual *“las personas nacen libres e iguales em dignidad y derechos”*, ainda no art. 9 *“hombres e mujeres son iguales ante La ley”*. Entretanto, não está estabelecido na Constituição o dever do Estado de adotar medidas de ação para garantir a igualdade entre homens e mulheres, assim, pode-se dizer que as ações afirmativas ou positivas não são institucionais (RIOS, 2008).

Para assegurar que medidas sejam tomadas, os Tratados Internacionais obrigam os Estados signatários a criar legislações para a proteção das mulheres. O Chile é signatário de vários tratados internacionais, dentre eles a Convenção de Belém do Pará que foi ratificada pelo Chile em 1994, o mesmo ano de sua criação. Segundo Casas *et. al.* (2012) o tratado institucional constitui um pilar fundamental no processo de reconhecimento, regulação e sanção das condutas violentas contra as mulheres. Como consequência da ratificação, o estado chileno promulgou a lei 19.325, em agosto de 1994, que estabelece a Violência doméstica como:

Todo maltrato que afecte la salud física o psíquica de quien, aún siendo mayor de edad, tenga respecto del ofensor la calidad de ascendiente, cónyuge o conviviente o, siendo menor de edad o discapacitado, tenga a su respecto la calidad de descendiente, adoptado, pupilo, colateral consanguíneo hasta el cuarto grado inclusive, o esté bajo el cuidado o dependencia de cualquiera de los integrantes del grupo familiar que vive bajo un mismo techo. El que incurra en estos actos, aun cuando no conviva con el grupo familiar, será sancionado en la forma que establece el artículo 4° de esta ley. Se comprenden dentro de estos actos y se regirán por las normas de esta ley, las faltas contempladas en los números 4° y 5° del artículo 494 del Código Penal, si se reúne cualquiera de los elementos señalados en el inciso precedente.

No dia 7 de outubro de 2005 a lei 20.066 substitui a anterior e modifica o código penal. A nova lei preenche lacunas da antiga lei e ainda promove como responsabilidade do Estado elaborar políticas para prevenir a violência doméstica para proteger as vítimas, elimina também a qualificação de lesões leves, eleva as penas, melhora as medidas de proteção às vítimas, aumenta as atribuições de Caribenhos do Chile e estabelece no *Servicio Nacional de La Mujer* (SERNAM) usar as políticas públicas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na nova lei (REVISTA CHILENA DE OBSTETRICIA Y GINECOLOGÍA, 2007).

A Ley 20.066 especifica que:

Artículo 1°.- Objeto de la ley. Esta ley tiene por objeto prevenir, sancionar y erradicar la violencia intrafamiliar y otorgar protección a las víctimas de la misma. Artículo 2°.- Obligación de protección. Es deber del Estado adoptar las medidas conducentes para garantizar la vida, integridad personal y seguridad de los miembros de la familia.

No art. 5 da Lei 20.066, a violência domestica é definida como qualquer tipo de abuso que afete sua vida ou integridade (mental e física) que fosse ou que seja esposa do perpetrador ou que conviveu com ele. A lei prevê a prevenção, proteção e punição da violência domestica (SIGI, “s.d”).

Assim, Casas *et. al.* (2012) discorre sobre um estudo realizado pelo Ministerio do Interior: “en el año 2008, determinó que el 35,7 de las mujeres entre 15 a 59 años que habían tenido una relación de pareja, habían sufrido violencia. De este universo el 37% vivió violencia psicológica, 24,6, violencia física leve, 15% violencia física grave y 15,6% violencia sexual”.

Há registros na *Corporación Administrativa del Poder Judicial* (CAPJ) que apresentam a evolução nos casos de violência. Os ingressos por violência nos tribunais de família e de letras indicam que os números alcançaram mais de 26 mil casos nos primeiros três meses de vigência da lei 20.066, e tende a aumentar 100 anuais. Um dos problemas nos tribunais de família nos primeiros meses foi o numero maior de casos do que os previstos. Em 2006 houve 403.123 denúncias, menos da metade das demandas civis do ano de 2002, e a violência doméstica corresponde a 89.129, 22.1%. Porém, no ano de 2007, houve reduções dos números para 381.421, em contrapartida, a porcentagem de violência doméstica teve um aumento com 24.8%, segundo dados citados por Becerra e Pavez (2011).

Há certa evolução nos casos de violência doméstica, entretanto, as fontes de informação apresentam discrepâncias no que permite afirmar a confiabilidade da informação. Outro problema é que as cifras judiciais não medem a violência contra as mulheres fora do âmbito familiar, somente os casos de violência doméstica. Na *Revista Chilena de Obstetricia y Ginecología* (2007) cita que em 2001 o *Servicio Nacional de La Mujer* (SERNAM) informou que:

[...] 50,3% de las mujeres casadas o en uniones de hecho, ha vivido alguna vez situaciones de violencia de parte de la pareja; 34% ha vivido violencia física o sexual; 16,3% abuso psicológico; 42,7% ha sufrido violencia sexual antes de los 15 años; 22% señala amenazas con armas; 33% ha sido víctima de violencia sexual luego de violencia física; 88% confirma que el agresor es la pareja; 52a denuncia se establece con un promedio de 7 años de abuso y violencia; 60% de las mujeres son pobres y 38% pertenecen a estrato alto y medio alto (6). En 2005, la tasa de denuncias por abusos y violaciones en mujeres adolescentes entre 14-19 años fue de 185,9/100.000 mujeres de esa edad, 394 denuncias por violación y 944 por abusos; en menores de 14 años hubo 263 denuncias por violación y 1.085 por abusos, significativamente mayores a 52a ocurrido en 2004; 52a tasa de denuncias por violencia fue 129/10.000 mujeres >15 años, el 81,8% tiene entre 20-64 años y 13,8% entre 10-19 años (7). En 2006 hubo 35 muertes de mujeres por violencia de género y al 29 de septiembre del año en curso 48 muertes, pese a la violencia de la ley 20.066.

Em dezembro de 2010 houve uma nova mudança, sendo publicada a lei 20.480 sobre Feminicídio que modificava a lei 20.066. Na nova lei é estabelecido no artigo 1: “*su objeto es prevenir, sancionar y erradicarla violencia intrafamiliar y otorgar protección a las víctimas de la misma*”, usando termos similares aos da Convenção de Belém do Pará. Essa nova lei incorpora o delito de “maltrato habitual”, como um delito subsidiário ampliando a ação estatal sobre a violência

doméstica, entregando parte dela a justiça penal. Ainda estabelece a aplicação de normas sobre o delito de lesões sobre o código penal. No caso de lesões por violência, quando são “leves”, são entendidas como “menos graves” aumentando a pena, e pelo mesmo têm que ser investigadas pelo Ministério Público (BECERRA, PAVEZ, 2011).

O procedimento que sanciona a violência doméstica sempre se inicia no Tribunal da Família e, por mais que a lei de Tribunais de Família tenha como fim elaborar uma justiça mais hábil, na prática acontece o contrário. A tramitação na justiça tem sido lenta e deficiente. Os tribunais entraram em colapso com a grande demanda, fazendo com que o processo se torne cada vez mais demorado. A falta de recursos e, principalmente, a falta de uma supervisão das medidas tomadas pelos Estados, trona a lei ineficaz. Outros problemas encontrados são: a inexistência de um tratamento integral de violência contra as mulheres, dificuldades no procedimento de acesso à justiça, falta de seguimentos às medidas de proteção para as vítimas e deficiências na capacitação e sensibilização em temas de gênero para operadores jurídicos. Além disso, o Chile está em dívida com os direitos das mulheres em instrumentos internacionais, pois assinou o Protocolo Facultativo da CEDAW e o Estatuto de Roma, porém não os ratificou (RIOS, 2008).

### **3.3 Lei Guatemalteca de Femicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher**

A terceira Lei a ser analisada é a Lei de Femicídio e Outras Formas de Violencia Contra a Mulher, da Guatemala (Programa Justicia y Seguridad: Reducción de la Impunidad) lamentavelmente, diz que segundo a ONU a Guatemala é o segundo país com maior índice de violência contra a mulher, (2014). De acordo com a BBC (2016), entre os anos de 2007 e 2012 houve 9,1 assassinatos por cada 100.000 mulheres segundo a Policía Nacional da Guatemala. No ano de 2014, 846 foram assassinadas com uma população de pouco mais de 15 milhões de pessoas.

Uma das principais causas de tamanha violência foi a Guerra Civil que durou 36 anos, sendo que 25% das vítimas eram mulheres, o que foi algo devastador. A violência sexual foi usada como instrumento de guerra, trazendo até os dias atuais

uma memória de violência contra a mulher. Além disso, a Guatemala é um país com conceitos e práticas sociais que privilegiam os homens, tipificando assim a Guatemala como uma sociedade patriarcal. Várias práticas de discriminação contra a mulher estão difundidas na sociedade desde o nascimento da mulher, desde a celebração do nascimento do homem ser mais luxuosa até a parteira cobrar mais caro pelo parto de um homem do que de uma mulher (CASTELLANOS, 2013).

A Guatemala ratificou a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Como Estado parte dessas Convenções, a Guatemala se viu obrigada a adotar medidas adequadas para modificar as leis, regulamentos, usos e práticas de discriminação contra a mulher e emitir todas as leis necessárias para este fim. Assim descrito na própria Lei de Feminicídio e outras Formas de Violencia contra a Mulher (2008):

CONSIDERANDO: Que Guatemala aprobó por medio del Decreto Ley Número 49-82 la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Contra la Mujer, y a través del Decreto Número 69-94 la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, y como Estado Parte se obligó a adoptar todas las medidas adecuadas para modificar o derogar leyes, reglamentos, usos y prácticas que le constituyan discriminación contra la mujer, y emitir todas aquellas leyes que sean necesarias para su fin.

Em 1996, a Guatemala cria a Lei para prevenir, sancionar e erradicar a violência doméstica, que define esta como qualquer ação ou omissão por parte de parentes, conviventes ou ex-conviventes, que cause danos físicos, sexuais, psicológicos ou patrimoniais a um membro da família. Então, em 2008, a Guatemala foi o primeiro país a ver o Feminicídio como crime e criou a Lei de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher, que entrou em vigor no mesmo ano. A lei Guatemalteca define o Feminicídio como assassinar uma mulher pela sua condição de ser mulher, em que o assassino mantém, manteve ou pretendeu manter alguma relação íntima com a vítima, com um sentimento de ódio sobre a vítima por ser mulher (CASTELLANOS, 2013).

A Lei de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher (2008) especifica que:

La presente ley tiene como objeto garantizar la vida, la libertad, la integridad, la dignidad, la protección y la igualdad de todas las mujeres ante la ley, y de la ley, particularmente cuando por condición de género, en las relaciones de poder o confianza, en el ámbito público o privado quien agrede, cometa en contra de ellas prácticas discriminatorias, de violencia física, psicológica, económica o de menosprecio a sus derechos. El fin es promover e implementar disposiciones orientadas a la erradicación de la violencia física, psicológica, sexual, económica o cualquier tipo de coacción en contra de las mujeres, garantizándoles una vida libre de violencia, según lo estipulado en la Constitución Política de la República e instrumentos internacionales sobre derechos humanos de las mujeres ratificado por Guatemala.

Entretanto, a Organização dos Estados Americanos, afirma que não teve campanhas informando sobre os direitos da nova lei. O acesso a justiça também é complicado pelo Sistema de Justiça da Guatemala operar em espanhol e a maior parte da população falar em idiomas indígenas (SIGI Guatemala, “s.d”).

De acordo com Organismo Judicial (OJ) (2011 *apud* CERIGUA, 2014), desde a aplicação da nova Lei:

Durante los últimos tres años el Organismo Judicial (OJ) reportó un importante avance en las condenas por delitos tipificados en la Ley 22-2008; en 2011 el sistema de justicia registró 383 sentencias, de las cuales 271 fueron condenatorias y 212 absolutorias, en tanto durante el 2013 la cifra aumentó a 983 sentencias condenatorias y 347 absolutorias. Hasta junio de este año, el OJ reportó 513 sentencias por violencia contra la mujer, de las cuales 393 fueron condenatorias y 120 absolutorias; por su parte el delito de femicidio y tentativa de femicidio tuvo un total de 83 sentencias, 72 de ellas condenatorias y 11 absolutorias; aunque el número de condenas ha aumentado, el número de absoluciones también.

Mesmo com tamanha crueldade nesses Estados Latinos e com a fragilidade em suas leis, poucos deles incorporaram o crime de Feminicídio em sua legislação, exceto por Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, assim como Chile, México e Peru. A legislação tem como fundamento diversas circunstâncias como a obrigação dos estados a adequarem-se à legislação e instrumentos internacionais, prezando diminuir o aumento nos casos de morte de mulheres; Tentar estabelecer ferramentas para diminuir a ausência de tipos penais especiais para descrever adequadamente o assassinato de mulheres baseado em razões de ódio, desprezo e em todo caso resultado de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres e os vários casos de impunidade. Ainda é muito difícil saber a efetividade real dessas leis, pelo seu curto período de vida. Cada país que adotou uma lei de

Feminicídio, difere de outros, como no caso do Chile que optou em reformar o delito de parricídio contido no Código Penal, incorporando o Feminicídio. Já na Guatemala, o Feminicídio está incorporado nas leis especiais que, além de incluir outros tipos de penas, estabelece órgão especializado em matéria penal para investigar e sancionar os delitos criados na lei, e definem os mecanismos encarregados de projetar e executar políticas públicas para atender e proteger mulheres vítimas de violência, (VÍLCHEZ, 2012).

É possível analisar as leis do Chile e, principalmente da Guatemala. Por mais que esteja implantada uma lei, é muito recente e mal aplicada. Muitos dos homens não são punidos e terminam por matar a parceira ou ex-parceira. Vílchez (2012) discorre que na Guatemala uma parte importante para que a lei seja cumprida é composta pelas mulheres da sociedade, elas acompanham e fazem assessoramento às vítimas. As organizações de mulheres assumiram, em casos específicos, um rol de sujeito ativo processual, permitindo-lhes atuar dentro do processo penal junto ao órgão acusador e consolidar a acusação penal: propor e rejeitar provas, solicitar incorporação de métodos especiais de investigação, assim como assinalar e acusar os funcionários que dificultam o acesso das mulheres à justiça. Uma tentativa de diminuir os casos de falta de capacidade ou vontade dos juízes ou policiais que devem fazer a lei valer, é a sociedade fiscalizar. Além de fiscalizar, as organizações também recorrem ao sistema internacional à procura de justiça quando esta é negada internamente.

Muito foi feito na Guatemala, entretanto, os números de violência continuaram aumentando, como se pode ver na análise de Castellanos (2013):

Los casos de violencia doméstica muestran un acelerado crecimiento a partir de 2007, cuando se registraron 21,153, un poco más del doble que el año anterior. En el 90% de los casos la víctima fue mujer, lo que representa un aumento de seis puntos porcentuales respecto a los datos de 2003. La tasa de violencia doméstica contra la mujer en 2007 aumentó a 309 por cada 100,000 habitantes mujeres. Este incremento se produjo en un contexto de actividades realizadas por grupos de mujeres a favor de denunciar los actos de violencia contra la mujer. En 2008 el número de casos de violencia doméstica continuó aumentando, aunque a una tasa menor, de solo 12%, a 23,721. Sin embargo, en 2009 se observó de nuevo un significativo aumento en el número de casos, a casi 31,500, con una tasa de 402 casos por cada 100,000 habitantes mujeres. En los siguientes dos años, 2010 y 2011, el número de casos muestra una tendencia estable; siendo el número de casos 33,484 en 2011... Las estadísticas de violencia sexual en Guatemala datan de 2008, año en que se reportaron 2,522 evaluaciones clínicas en mujeres, con una tasa de 36 casos por cada



100,000 habitantes mujeres. Esta tasa subió en 2009 a 53, año en que se registraron 3,790 casos. En los siguientes dos años, el número de casos fue alrededor de 4,000 y la tasa se mantuvo próxima a 54 casos por cada 100,000 mujeres (Fundación Sobrevivientes, 2011)... Las estadísticas oficiales de femicidio en Guatemala, al igual que las de violencia sexual, son recientes, datan de 2008, mismo año en que se emitió la Ley contra el femicidio y otras formas de violencia contra la mujer. En ese año se registraron 537 casos de femicidio (gráfica 4), con una tasa de casi 8 femicidios por cada 100,000 mujeres. Tanto el número de femicidios como la tasa aumentó en 2009 y 2010, a 610 y 842, en el primero de los casos, respectivamente, y a 8.5 y 11.5, en el segundo, en su orden. En 2011 se contabilizaron 710 casos de femicidio, con una reducción de 16% en el número de casos y de casi dos puntos porcentuales en la tasa de prevalencia por cada 100,000 mujeres (INACIF, 2011 *apud* CASTELLANOS, 2013).

Desde uma linguagem das Relações Internacionais pode-se dizer que a partir de um regime regional de proteção a mulher (Convenção de Belém do Pará), influenciaram-se regimes nacionais no Brasil, Chile e Guatemala.

Neste último capítulo foi possível abordar as medidas tomadas pelos Estados Americanos após a ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher para Convenção de Belém do Pará. Onde a proteção às mulheres contra à violência passa a ser de responsabilidade pública e não só privada. A Convenção obriga então os Estados a adotarem medidas contra a violência. Os Estados estudados: Brasil, Chile e Guatemala, aprovam leis de proteção a mulher. Entretanto há algumas dificuldades que influenciam na eficácia da lei implementada em cada Estado. A falta de representatividade das mulheres nos governos dos seus países, dificulta a aplicabilidade da lei, assim como a cultura da sociedade latino-americana.

A América Latina é habitada por uma cultura patriarcal onde sempre foi algo “normal” a violência contra a mulher, a diferença de gênero e a violação ao seu corpo como se fosse algo público. Os juízes, em sua maioria, são homens, assim como os policiais e, muitas mulheres se sentem coagidas na hora de fazer uma ocorrência, pois são questionadas e muitas vezes até culpadas, fazendo com que o número de mulheres fazendo ocorrências diminua.

A educação é o melhor meio de ensinar sobre a importância dos direitos humanos, da igualdade de gênero. É dever de o Estado implementar programas de educação para acabar com a violência cultural que impede que muitos dos meios

criados para erradicar a violência contra a mulher sejam eficazes. Somente com a educação e mudança de pensamento da população é que a violência contra a mulher diminuirá.

Foi possível analisar que somente a criação de uma lei não é suficiente para proteger a mulher da violência, é necessário que a sociedade mude e que ela fiscalize. A pouca idade das leis só reflete a cultura dominada pelos homens na América Latina, sendo que as leis estudadas nesse capítulo foram criadas a partir de 2005, ou seja, são bem recentes e, talvez por isso ainda não foi possível saber com clareza se trouxeram resultados significativos. Porém, o que consta nos bancos de dados dos Estados é que só houve uma diminuição no número de violência contra a mulher no ano de implementação da lei, depois, o número voltou ao normal ou até mesmo ficou maior do que o anterior à lei. Entretanto, não se sabe com precisão se os casos de violência realmente aumentaram ou se agora com as leis as mulheres se sentem mais encorajadas a denunciar o agressor. Será necessária uma melhor aplicabilidade das leis e uma maior fiscalização, além do principal que é tentar mudar uma cultura e uma sociedade tão desigual.

## CONCLUSÃO

A violência contra a mulher esteve sempre presente na cultura Latino-Americana onde, por muito tempo, mantiveram-se regimes autoritários e poucas leis de proteção à mulher. Entretanto, movimentos feministas lutaram por medidas protetoras e conquistaram muitos direitos no âmbito interno e externo. A comunidade internacional tomou passos importantes no último século sobre a questão da violência contra a mulher, criando Regimes Internacionais de proteção de direitos humanos e depois especificando para as mulheres.

Especialmente foi criada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). A Convenção entende a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. A Convenção prevê a obrigação dos Estados membros de apresentar informes sobre as medidas legais e administrativas adotadas para cumprir seus compromissos convencionais e as medidas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, sendo assim, fiscalizados pela Convenção, caso os Estados a descumpram, os mesmos podem ser punidos.

O objetivo desse trabalho foi analisar a influência da Convenção de Belém do Pará na prevenção da violência contra as mulheres no Brasil, Chile e Guatemala. Como consequência, esses três Estados criaram Leis que de alguma forma protegem a mulher.

O Brasil, por ter descumprido a Convenção, foi obrigado a criar alguma medida de proteção às mulheres e que resolvesse o caso de Maria da Penha, foi então criada em 2006 a Lei doméstica chamada Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Porém, houve redução nos números de violência somente nos anos próximos à implementação da Lei.

Na Constituição Política do Chile existem referências ao princípio da igualdade, o qual *“las personas nacen libres e iguales em dignidad y derechos”*, ainda no art. 9 *“hombres e mujeres son iguales ante La ley”*. Entretanto, não está estabelecido na Constituição o dever do Estado em adotar medidas de ação para

garantir a igualdade entre homens e mulheres. Desta forma, o Chile ratificou a Convenção de Belém do Pará em 1994, consequentemente, no mesmo ano promulgou a Lei 19.325 sobre a violência doméstica. A Lei foi se aprimorando ao longo do tempo e, em 2010, se constitui a lei 20.480 sobre feminicídio, que em seu artigo 1 estabelece que *“su objeto es prevenir, sancionar y erradicarla violencia intrafamiliar y otorgar protección a las víctimas de la misma”*, usando termos similares aos da Convenção de Belém do Pará.

Com números alarmantes de violência contra a mulher, a Guatemala ratificou a Convenção de Belém do Pará, e em 1996 criou a Lei para prevenir, sancionar e erradicar a violência doméstica. Então, em 2008, a Guatemala foi o primeiro país a ver o feminicídio como crime e criou a Lei de Feminicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher, que tem como objetivo garantir a vida, liberdade, integridade, dignidade, proteção e a igualdade de todas as mulheres perante a lei.

Em síntese, a ratificação da Convenção de Belém do Pará proporcionou a institucionalização das Leis nesses países com o objetivo de erradicar a violência contra as mulheres na América Latina. Todavia, os números de violência continuam alarmantes e em muitos casos chegaram a aumentar. Não se sabe ao certo se há realmente mais casos de violência ou se com o início das leis as mulheres se sentiram mais seguras para denunciar o agressor.

Fica claro que uma mudança na sociedade a nível educacional e cultural é necessária para que a violência contra a mulher tenha uma real redução. As leis são apenas medidas provisórias para a questão da violência, pois se não houver fiscalização da sociedade e compromisso dos Estados no reconhecimento da violência contra a mulher em suas variadas formas, infelizmente as leis e políticas públicas não terão a aplicabilidade necessária, pois as mesmas só funcionarão à base da indignação da sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Ana Letícia. Femicídio: La pena capital por ser mujer. **Revista Diálogos**, ano 4, v. 4. Flacso, Guatemala, 2005.

ALVAREZ, Sonia E. Engendering Democracy in Brazil: **Women's Movements in Transition Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

AMANCIO, Geisa Rafaela; FRAGA, Thaís Lima; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Análise da efetividade da Lei Maria da Penha e dos conselhos municipais da mulher no combate à violência doméstica e familiar no Brasil. **Textos & Contextos**, v. 15, n. 1, p. 171-183, jan./jul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Markin/Downloads/22222-100060-1-PB (1).pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517, ago. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2015000200501&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2015000200501&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 mar 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha**. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000200501](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200501)>. Acesso em: 18 maio 2016.

BARBOSA, Geovane dos Santos; LAGE, Allene Carvalho. Reflexões sobre o movimento feminista na América Latina. **Revista Lugares de Educação [rle]**, v. 5, n. 11, Maio 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/22878/pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BECERRA, Lidia Casas, PAVEZ, Macarena Vargas. La respuesta estatal a la violencia intrafamiliar. **Revista de Derecho**, v. 24, n. 1, 27 maio, Chile, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/revider/v24n1/art07.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.** [online]. v. 17, n. 49, 2003, p. 87-98. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>>. Acesso em: 13 Maio 2017

BRASIL. **LEI Nº 13.104**, 9 de Março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. **LEI Nº 11.340**, 7 de Agosto de 2006. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em 12 Maio 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO da Saúde. **Violência intrafamiliar**: Orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)>

CARCEDO CABANAS, Ana; SAGOT RODRIGUEZ, Monserrat. Femicídio en Costa Rica: balance mortal. **Medicina legal de Costa Rica** [online]. 2002, v.19, n. 1, p. 05-16. Disponível em: <[http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-00152002000100002](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152002000100002)> Acesso em 10 mar 2017.

CARVALHO, Gustavo Seignemartin de. Autonomia e relevância dos regimes. **Contexto int.** [online]. v. 27, n.2, 2005, p. 238-329. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292005000200004>>. Acesso em: 14 mai. 2017

CASAS, B.; RIVEROS, W.; VARGAS, P. **Violencia de género y La administracion de justicia**. 2012. Disponível em: [https://estudios.sernam.cl/documentos/?eMjl3NzE2NQ==Violencia\\_de\\_Genero\\_y\\_la\\_Administraci%C3%B3n\\_de\\_Justicia](https://estudios.sernam.cl/documentos/?eMjl3NzE2NQ==Violencia_de_Genero_y_la_Administraci%C3%B3n_de_Justicia)>. Acesso em: 10 mai. 2017

CASTELLANOS, Guillermo Diaz. Violencia contra la mujer en Guatemala. **Sociedad y Discurso**, p.44-59, Dinamarca, 2013. Disponível em:<<https://journals.aau.dk/index.php/sd/article/view/913/738>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CERIGUA. Centro de Reportes Informativos Sobre Guatemala. **Violencia contra las mujeres, una epidemia en aumento**. 21 Nov. 2014. Disponível em: <<https://cerigua.org/article/violencia-contra-las-mujeres-una-epidemia-en-aumen/>>

CHAUI, Marilena. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, v. 39, 01 ago. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/sociedade/etica-e-violencia&page=0,6>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

CHILE. **Lei nº 19.325**, de 27 agosto 1994. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30692>>. Acesso em: 12 mai. 2017

CHILE. **Lei nº 20.066**. Disponível em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242648>> Acesso em: 12 mai. 2017>

CHILE. **Lei nº 20.480**, de 18 de dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1021343>>. Acesso em: 10 mai. 2017

**COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos**: convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2017

**COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos**: Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em: 09 mai. 2017.

**CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar Convenção Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar a Violência contra a Mulher violência contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará - 1994**. 1994. Disponível em: <[http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/4\\_ConvencaodeBelemdoPara1994.pdf](http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/4_ConvencaodeBelemdoPara1994.pdf)>.

CORTELLA; Barros Filho. **Ética do Cotidiano**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=9\\_YnIPXKILU&t=1195s](https://www.youtube.com/watch?v=9_YnIPXKILU&t=1195s)>. Acesso em: 09 mai. 2017

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. Rev. **Estud. Fem.** [online]. v. 21, n.1, p.11-39, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100002>> Acesso em 03 Abr 2017.

DANTAS, Benedito Medrado; MELLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**. [online]. v. 20, n. spe, p.78-86, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400011>> Acesso em: 02 Abr 2017.

**DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas (ONU). 1948. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)> Acesso em 12 Maio 2017.

DIMENSTEIN, Gilberto e PINHEIRO, Paulo S. **A democracia em pedaços**: Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FEMENIAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. Rev. **Estud. Fem.** [online]. v. 15, n.1, 2007, p.11-25. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100002>> Acesso em: 13 Maio 2017.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Seminário de Capacitação para juízes, procuradores, promotores, advogados e delegados no Brasil. 2006. Disponível em: <[http://midia.pgr.mpf.gov.br/hotsites/diadamulher/docs/cartilha\\_violencia\\_domestica.pdf](http://midia.pgr.mpf.gov.br/hotsites/diadamulher/docs/cartilha_violencia_domestica.pdf)>

FRAGOSO, Julia Monarrez. Femicídio sexual serial en Ciudad Juárez. 1993-2001. **Debate Feminista**, México, ano 13, v. 25, 2002. Disponível em: <[http://www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/025\\_21.pdf](http://www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/025_21.pdf)> Acesso em 12 mar 2017

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica**, Espírito Santo, v. 1, jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão. **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008. 252 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/621-Brasil\\_e\\_a\\_Organizacao\\_das\\_Nacoes\\_Unidas.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/621-Brasil_e_a_Organizacao_das_Nacoes_Unidas.pdf) Acesso em 14 Maio 2017

GARCIA, Leila P.; FREITAS, Lúcia R. S. de; SILVA, Gabriela D. M. da, HÖFELMANN, Doroteia A. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. [s.d]. Disponível em: <[https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA\\_-\\_Viol%C3%Aancia\\_contra\\_a\\_mulher\\_-\\_femic%C3%ADdios\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA_-_Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_-_femic%C3%ADdios_no_Brasil.pdf)>

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lucia Rolim Santana de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; HOFELMANN, Doroteia Aparecida. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Revista Panamericana Salud Publica** [online]. v. 37, n. 4-5, p. 251-257, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1020-49892015000400010](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892015000400010)> Acesso em: 10 mar. 2017.

GUATEMALA. **Juzgados y Tribunales Penales de Delitos de Femicidio y otras Formas de Violencia contra la Mujer**. 2014. Disponível em: <<http://ww2.oj.gob.gt/justiciadegenero/wp-content/uploads/2014/07/Segundo-Informe-Juzg.-y-Trib.-Especializados.pdf>>

GUATEMALA. **Ley contra el Femicidio y otras Formas de Violencia Contra la Mujer**. Decreto numero 22-2008. Disponível em: <[https://www.oas.org/dil/esp/Ley\\_contra\\_el\\_Femicidio\\_y\\_otras\\_Formas\\_de\\_Violencia\\_Contra\\_la\\_Mujer\\_Guatemala.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/Ley_contra_el_Femicidio_y_otras_Formas_de_Violencia_Contra_la_Mujer_Guatemala.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2017

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. 2010. 9 f., Seminário Fazendo o Gênero 9, Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em:



<[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680\\_ARQUIVO\\_Feminismo\\_elutadeclasse.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismo_elutadeclasse.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

INCHAUSTEGUI ROMERO, Teresa. Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. **Sociedade e estado**. [online], v. 29, n. 2, p.373-400, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200004>> Acesso em 12 mar 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT\\_n11\\_Estupro-Brasil-radiografia\\_Diest\\_2014-mar.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf)> Acesso em: 06 jul 2017.

JAQUETTE, Jane S. "Introduction". In: JAQUETTE, J. S. **The Women's Movement in Latina America: Feminism and the Transition to Democracy**. Boston: Unwin Hyman, 1989. p. 1-17.

KAPLAN, H.I; SADOCK B. J. **Compêndio de Psiquiatria: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1990.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. v. 20, n. 42, 2012, p. 93-110. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000200008>> Acesso em: 14 mai. 2017

LAGARDE y de los Rios, Marcella. Por La vida y La libertad de las mujeres. Fin al femicídio. **El Dia**, V., Fev 2004. Disponível em: <<http://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/diavlagarde.htm>> Acesso em 10 mar 2017

MELO, Mônica de. Assédio sexual: um caso de inconstitucionalidade por omissão. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília v. 36, n. 143 jul./set 1999. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508/r143-10.PDF?sequence=4>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2011, v. 45, n. 3, p. 564-574. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011000300015>> Acesso em 12 mar 2017.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MUELLER, Betânia; COLLAZIOL, Marcell Emer and QUADROS, Máira Meneghel de. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciênc. Saúde coletiva** [online], v. 18, n. 3, p. 691, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300015>> Acesso em: 15 mar 2017.

MORAVCSIK, Andrew. The Origins of Human Rights Regimes: Democratic Delegation in Postwar Europe. **International Organization**, v. 54, n. 2, 2000, p. 217–252. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/a28b/4fa60420065770cd25e774469b52f61f9800.pdf>> Acesso em 13 Maio 2017.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: UnB, 2003. 1136 p.

OECD Development Centre's Social Institutions and Gender Index (SIGI). **Brazil**. [s.d]. Disponível em: [http://www.genderindex.org/country/brazil#\\_ftn10](http://www.genderindex.org/country/brazil#_ftn10) Acesso em 12 Maio 2017

OECD Development Centre's Social Institutions and Gender Index (SIGI). **Guatemala**. [s.d]. Disponível em: <http://www.genderindex.org/country/guatemala> Acesso em 12 Maio 2017

OECD Development Centre's Social Institutions and Gender Index (SIGI). **Chile**. [s.d]. Disponível em: <<http://www.genderindex.org/country/chile>> Acesso em 12 Maio 2017

**PAÍS por país**: el mapa que muestra las trágicas cifras de los feminicidios en América Latina. BBC, 21 Nov. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37828573>>

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu** [online]. n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>> Acesso em 15 mar 2017.

PINTO, Céli Regina. Jardim Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

PIOVESAN, Flávia. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 268-273. Disponível em: <<https://uni9direito1c.files.wordpress.com/2014/02/direitos-humanos-e-o-direito-constitucional-internacional-flc3a1via-piovesan-pdf.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

RADFORD, Jill. Introdução. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide**: The Politics of Woman Killing. New York: Twayne Publishers, 1992. p. 3-12. Disponível em: <[http://www.dianarussell.com/f/femicde\(smll\).pdf](http://www.dianarussell.com/f/femicde(smll).pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

REIS, Rossana Rocha. A América Latina e os direitos humanos. **Contemporânea**, n. 2, p. 101-115 Jul–Dez. 2011. Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/42/24>> Acesso em 12 Maio 2017.

REIS, Rossana Rocha. Os Direitos Humanos e a política internacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 27, p. 33-42, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/04.pdf>

RÍOS, Carolina Villalobos. **Violência doméstica contra las mujeres en Chile: Análisis bajo la óptica del género y el Derecho Internacional de los Derechos Humanos**. 2008. 106 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Departamento de Derecho Internacional, Santiago, Chile, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.uchile.cl/tesis/uchile/2008/de-villalobos\\_c/html/index-frames.html](http://repositorio.uchile.cl/tesis/uchile/2008/de-villalobos_c/html/index-frames.html)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)** [online], v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>> Acesso em 15 mar 2017.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**. [online], v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>> Acesso em: 10 mar 2017.

SILVA, Telma Gurgel da. **Feminismo e políticas públicas na América Latina: relação com o Estado e dilemas estratégicos no século XXI**. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007. Disponível em: <[http://www.joinp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/bcaf905c283b018b72bdTelma\\_Gurgel.pdf](http://www.joinp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/bcaf905c283b018b72bdTelma_Gurgel.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SPIELER, Paula. **The Maria da Penha Case and the Inter-American Commission on Human Rights: Contributions to the Debate on Domestic Violence Against Women in Brazil**. 2011. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=7089c03f-d75c-4f6b-b5d2-94c6e2e78ddc@sessionmgr103&vid=7&hid=107>>. Acesso em: 18 maio 2016.

SUDARIO, Sandra; ALMEIDA, Paulo César de; JORGE, Maria Salete Bessa. Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. **Psicologia. Soc.** [online], v. 17, n. 3, p. 80-86. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300012>> Acesso em: 12 mar 2017.

USHAKOVA, Tatsiana. **La protección contra la violencia de género en el Sistema Interamericano de Derechos humanos**. 2013. Disponível em:

<<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=7089c03f-d75c-4f6b-b5d2-94c6e2e78ddc@sessionmgr103&vid=4&hid=107>>. Acesso em: 18 maio 2016.

VÍLCHEZ, Ana Isabel Garita. **La regulación del delito de en America Latina y el caribe femicidio/feminicidio**. Panamá: Secretariado de La Campaña del Secretario General de Las Naciones Unidas Únete Para Poner Fin A La Violencia Contra Las Mujeres, 2012. Disponível em: <[http://www.un.org/es/women/endviolence/pdf/reg\\_del\\_femicidio.pdf](http://www.un.org/es/women/endviolence/pdf/reg_del_femicidio.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VIOLENCIA contra la mujer en Chile: problema de salud pública. Editorial. **Revista Chilena de obstetrician y ginecologya** [online]. v. 72, n. 5, p. 281-282, 2007Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0717-75262007000500001>> Acesso em 15 mar 2017.

VITO, Daniela de; GILL, Aisha; SHORT, Damien. A tipificação do estupro como genocídio **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**. [online]. 2009, v. 6, n. 10, p. 28-51. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452009000100003>> Acesso em 15 mar 2017.